

SESSÕES DO PLENÁRIO

28ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 22 e 23/03/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há sobre a Mesa o seguinte requerimento:

(Lê): *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.698/2016 para o Projeto de Lei nº 21.625/2015 e o Projeto de Lei nº 21.753/2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.**(Oradores inscritos)**

Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Parlamentares, há muito tempo estamos chamando a atenção, nesta Casa, para a grave crise na segurança pública em nosso Estado. A crescente onda de violência que vem acontecendo no nosso Estado, é assustadora tanto na nossa capital como no interior. É crescente o número de homicídios, de assaltos a bancos. É crescente o tráfico de drogas, com o *crack* invadindo de forma assustadora o interior do nosso Estado.

Estamos aqui provocando debates para que possamos ajudar no combate à violência. Vi diversos parlamentares, por exemplo, citarem que não vai ser a nomeação dos concursados da Polícia Civil – cerca de 800 concursados – que irá resolver o problema, definitivamente, da segurança pública. Sem sombra de dúvidas, não será somente com um pequeno gesto. Mas que será de fundamental importância o aumento do efetivo policial, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar, disso não nos resta nenhuma dúvida.

O que nós estamos mostrando aos parlamentares, principalmente da Bancada de Governo, é que segurança pública não é, nem nunca foi prioridade desse governo, deputado Adolfo Viana. Porque, se fosse prioridade, em vez de gastar cerca de R\$ 100 milhões para construir, reconstruir o Estádio de Pituaçu, que hoje é um elefante branco, que não serve para absolutamente nada... Se fosse prioridade, ao invés de gastar esse dinheiro de forma irresponsável, nomearia os concursados da Polícia Civil, compraria mais viaturas, aparelharia melhor a Polícia Civil, a Polícia Militar. Mas, não. Por falta de planejamento, por falta de responsabilidade com o dinheiro público, o governo gasta e gasta mal o dinheiro do contribuinte baiano.

Gasta mal, gastando milhões e milhões em publicidade, basta aproximar a eleição, deputado Fábio Souto. Agora teremos uma eleição municipal e começam a chegar os outdoors: na verdade, já não é nem um outdoor, agora eles botam 3 de uma

vez, “tridoors”, fazendo propaganda, muitas dessas propagandas que não condizem com a realidade.

Então, não me venham com esse discurso de que falta recurso. Recurso não falta, falta é aplicar o recurso de forma correta. E para combater a violência, a criminalidade não há outra forma que não seja aplicar recursos na segurança pública. Então, esse discurso de não ter recurso, isso é uma falácia, recurso tem, o que precisa é ser bem aplicado.

Quero dizer aos senhores que estão nessa luta, que podem continuar contando conosco, não só os companheiros que fizeram o concurso da Polícia Civil, mas, também... Hoje tivemos aqui a presença nesta Casa, dos concursados de agentes penitenciários, que em 2014 foram aprovados – cerca de quase 500 concursados – e também estão esperando serem chamados pelo governador desse Estado.

E mais importante, no caso dos agentes penitenciários existem hoje 490 agentes penitenciários contratados através do REDA. E isso não faz nenhum sentido, já que esses concursados estão a esperar, inclusive ganharam uma liminar para que fossem, de imediato, substituídos os REDAs pelos agentes penitenciários concursados. Esse também é um grave problema em nosso Estado. A questão dos presídios superlotados, com várias rebeliões em vários presídios em nosso Estado, é outro assunto que precisa ser seriamente debatido nesta Casa.

Vamos continuar o nosso processo firme de obstrução. Enquanto não houver a nomeação dos concursados da Polícia Civil, se depender da Oposição, não iremos votar absolutamente nada nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas, muitas palmas nas galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Como diria aquele personagem da Escolinha do Professor Raimundo, o deputado Leur Lomanto Júnior foi, literalmente, pra galera.

Com a palavra o deputado Fábio Loureiro Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Caro presidente Carlos Geilson, presidente que honra esta Casa por sua trajetória política e pelo grande homem público que é, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, infelizmente, vou voltar a 2 temas aqui, um eu falei ontem e outro eu falei na semana passada.

Primeiro eu quero falar, presidente Carlos Geilson, do famigerado decreto do governo federal que rebaixou a Ceplac a um simples departamento do Ministério da Agricultura. A região cacaujeira inicia um ciclo de recuperação, com a Ceplac fazendo um trabalho de descobrir clones de cacau mais resistentes à vassoura-de-bruxa, mais

produtivos, com clones, descobertos pela Ceplac, chegando até a 150 arrobas por hectare. E o governo anuncia essa medida que enfraquece, e que eu diria é um tiro mortal para a região cacauêira e para os produtores daquela região.

Líder Sandro Régis, há muitos anos que eu não vejo um movimento político, uma revolta tão grande, em uma região do nosso Estado como a que está havendo atualmente na região cacauêira, em todos os segmentos. Não falo só dos produtores rurais. Falo dos comerciantes, falo dos prefeitos e falo dos vereadores. É uma medida que enfraquece não o órgão ou uma instituição como a Ceplac, mas toda uma região que já vem combalida e enfraquecida. Ao contrário do que todos nós pensávamos: que a Ceplac seria fortalecida, que seriam contratados novos agrônomos, técnicos e que seriam colocados mais recursos naquele órgão tão importante. Mas o governo faz o contrário.

Ouvi aqui ontem deputados do Governo dizendo que até para o governador Rui Costa foi uma surpresa. Eu diria, meu caro deputado Hildécio, que foi uma derrota política muito grande do governador Rui Costa. O deputado Rosemberg, ontem, aqui, nos falou que o governo está mobilizado para reverter esse decreto. Peço a Deus que isso aconteça! Digo ao Governo que a Oposição está toda unida, para juntos derrubarmos esse decreto. Esse é o nosso objetivo, a Oposição está fechada com esse posicionamento de lutar até o último momento para que esse decreto seja derrubado e a Ceplac volte a ser um órgão fortalecido na região cacauêira.

Mas também, Sr. Presidente, venho falar aqui e dar todo o nosso apoio aos concursados da Polícia Civil, que têm o apoio unânime da Oposição. São 800 concursados que querem e precisam assumir seus cargos. Mas tenho certeza que a Bahia precisa muito mais de vocês ocupando seus cargos, para melhorar a segurança do nosso Estado. E como foi colocado aqui, não venham com essa conversa de que faltam recursos. Toda vez que o secretário da Fazenda vem a esta Casa diz que a Bahia está em uma situação confortável, que há recursos no Estado.

Como foi sugerido, aqui, por que não cortar metade da propaganda e chamar os concursados? Por que o governo não chama os concursados e corta os milhares de cargos comissionados que possui? Se houver vontade política, se estiver atento à situação da segurança pública, tenho certeza que fará um bem para o nosso Estado, chamando os 800 concursados da Polícia Civil que querem e precisam assumir seus cargos, para melhorar a segurança do nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Fábio Souto falou com a autoridade de quem teve mais de 92 mil votos no último pleito. É muito voto. E a

gente procurando um aqui e outro acolá, catando voto.

Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros das Galerias. Quero saudar inicialmente os defensores da Polícia Civil, que são os concursados, e dizer que, assim como na semana passada, nós nos incorporamos a essa luta pela nomeação dos concursados de 2013. Não só por entender a necessidade premente de combater a violência com o chamamento de novos policiais, escrivães, peritos, como também a necessidade de dialogarmos, porque é uma causa suprapartidária. E falávamos, na semana passada, que deve ser aberto um diálogo por deputados desta Casa – aos quais eu quero me incorporar: deputados da Base, Sr. deputado Adolfo Viana, e deputados da Oposição – com o governador Rui Costa, pela necessidade de se fazer um plano de ação.

Pedi à comissão que organiza o movimento pela nomeação uma série de documentos para contestar ou corroborar com o argumento principal – referente à Lei de Responsabilidade Fiscal – do limite prudencial ter sido atingido no ano de 2015 e vou ler atentamente toda essa argumentação. E acho que devemos, sim, começar um diálogo permanente para a nomeação, porque, afinal, é uma necessidade para o combate à violência, é justo porque o concurso está aí. É justo e é uma necessidade, então, podem contar com esta deputada.

Isto daqui (adesivo “Nomeação Já”, distribuído aos parlamentares) usamos não para ter, deputada Luiza Maia, V.Ex^a que também está usando, o aplauso ou a vaia – porque isso faz parte da condição de ser político –, mas por entender que uma deputada eleita pelo PSB é de toda a Bahia: tem que defender o que é justo. E o que é justo é gente. Gente na área da saúde, gente na área da educação, gente na área da segurança, defender concursos públicos e compreender também os argumentos do governador, como deputada da Base, dialogando e dizendo: “a gente pode isso, a gente não pode aquilo”. Vamos caminhar. É isso que eu entendo.

Então quero saudá-los e, mais uma vez, reafirmar o compromisso de dialogar em defesa da nomeação dos concursados da Polícia Civil de 2013. Podem contar com esta deputada. Inclusive, com o nosso gabinete.

Dito isso, quero também aproveitar para saudar a minha querida cidade de Caetité, seu prefeito, Zé Barreira, todos os nossos amigos, o vereador Marcílio, Harley e dizer que estamos permanentemente em visita àquela cidade, defendendo os seus interesses, participando da comissão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, esse importante equipamento para a Bahia, com a retomada dos empregos. Defendendo também naquela região a ida da Unacon, Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, já prometida pelo secretário Fábio Vilas-Boas e pelo governador Rui Costa. De forma que, ao abraçar cada munícipe de Caetité, eu também quero reafirmar o

compromisso em defesa da melhoria da saúde naquela região, lutando pela implantação da Unacon.

E falar de câncer, hoje, é falar também da inauguração no Cican da nova PPP de imagem. Vejam os senhores que nós temos um grande problema: até 2030, segundo a Organização Mundial de Saúde, os índices de câncer crescerão até 75%. Isso significa que a expectativa dessa *causa mortis* no Brasil será na média de 190 mil óbitos. É muito importante saber que 1/3 dos casos de câncer no mundo seriam evitáveis se houvesse o diagnóstico precoce. O Cican, cuja missão é o diagnóstico e tratamento dos vários tipos de câncer – câncer de mama, câncer de próstata –, ao receber a PPP – que conta com tomógrafo de 16 canais, com dois mamógrafos digitais, com vários mamógrafos –, vai fazer parte do plano de oncologia estadual.

Quero parabenizar o secretário Fábio Vilas Boas e o governador Rui Costa que entenderam a necessidade de nós fazermos o diagnóstico precoce. Inaugurar a primeira PPP de imagem no Cican não é só inaugurar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, Sr^a Deputada.

A Sr^a **FABÍOLA MANSUR**:- Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) equipamentos. É juntar a eficiência na resolubilidade do diagnóstico precoce com a valorização dos profissionais de saúde que nós temos, para salvar vidas.

Na crise que enfrentamos – crise política, crise econômica –, conseguirmos a primeira PPP da imagem com a ampliação de acesso ao diagnóstico e salvar vidas é, realmente, uma coisa que nos faz muito feliz, principalmente a mim, que sou presidente da Comissão da Mulher e membro da Comissão de Saúde.

Então, parabéns ao governador, parabéns ao secretário Fábio. E que sigamos, junto com os profissionais de Saúde, dando saltos na produtividade, combatendo os óbitos por câncer no Estado da Bahia.

Muito obrigada pela tolerância, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, a Bancada de Oposição soube que a presidente da República está vindo aqui para a Bahia nesta semana. V.Ex^a, como presidente desta Casa, é um homem que tem nosso respeito e nossa admiração. Temos um pleito – posso falar em nome da Bancada – em relação ao que ocorreu com a Ceplac. V.Ex^a deve estar atento ao que aconteceu: um órgão importante da região cacauieira foi rebaixado para ser um simples departamento do Ministério da Agricultura. Queria dizer a V.Ex^a que essa posição contrária – de repúdio e de insatisfação – é de toda a Comissão de Agricultura e de quase todos os deputados desta

Casa.

A região, hoje, vive um clima de revolta e de desesperança em relação a essa medida. A Ceplac esperava ser fortalecida, esperava, efetivamente, ter mais recursos no momento em que a região se recupera. Como coloquei aqui, ontem, novos clones resistentes à vassoura de bruxa foram descobertos, clones produtivos.

Enfim, não vou me alongar, queria pedir a V.Ex^a, por meio do seu prestígio como presidente desta Casa, que aproveitasse essa oportunidade e colocasse para a presidente da República a insatisfação desta Casa e dos deputados da Comissão de Agricultura, para que ela revisse esse posicionamento da ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Esta, ao menos, deu a oportunidade de a Bahia levar esse problema a ela e discuti-lo. Então, com o prestígio que V.Ex^a tem, acho que é uma boa oportunidade para levar essa questão da Ceplac à presidente da República e dizer que essa medida afetou e prejudicou muito a região cacueira.

Queria que V.Ex^a nos ajudasse nesse pleito tão importante para o nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Amanhã, na inauguração da entrega do navio, na Marinha, vou falar com a presidente da República. Pode ter certeza.

Antes de passar a palavra a deputada Luiza Maia, conforme havia anunciado anteriormente, vou aguardar, até as 17 horas de amanhã, a formação dos novos blocos. Aquele bloco que não for mantido, quinta-feira serei obrigado a desfazer toda a sua estrutura. O bloco valerá, no máximo, até amanhã. Quinta-feira, pela manhã, os blocos que não forem novamente formados terá zerada toda a sua estrutura.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra minha querida amiga deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Concursados da Polícia Civil, também estou aqui junto com vocês. Não é a primeira vez que expresso desta tribuna a minha solidariedade, o meu apoio a essa luta. Hoje, acho que esta Casa, por unanimidade, já apoia a campanha que vocês estão travando, com muita justeza.

Presidente Marcelo Nilo, todas as vezes em que fiz referência aos concursados da Polícia Civil, V.Ex^a não estava presidindo a sessão. Queria fazer um apelo a V.Ex^a, que comanda tão bem esta Casa, que nos ajude e ajude esses pais de família que estão nessa situação meio complicada. Obviamente, não estamos aqui para fazer o que a Oposição faz; porque a Oposição, depois da história da lista da Odebrecht, ficou calada em relação às questões nacionais. Mas acho que é uma questão importante. E queria fazer esse apelo a V.Ex^a, para que nos ajudasse. Hoje, todos os deputados desta Casa apoiam a luta desses policiais concursados e formados. Muitos, inclusive, abriram mão dos seus empregos para estudar na academia e estão hoje numa situação um pouco

complicada. Então, quero mais uma vez registrar a minha solidariedade e fazer esse apelo a V.Ex^a, sei que o seu trânsito com o governador também é muito importante e muito bom. Quero dizer aos concursados: vocês contam com o nosso apoio não só para usar o adesivo, mas também para fazer qualquer movimentação no sentido de acelerar e buscar uma saída imediata para tal situação.

Mas eu estava fazendo referência à questão do debate nacional. Dizia, inclusive, que a Oposição, depois que saiu a lista da Odebrecht, sumiu com esse debate, não fala mais sobre essas questões. Mas não podemos deixar que esse debate morra aqui. O País hoje se levanta, deputado Pablo, contra essa tentativa de golpe, essa tentativa de destruir, de desestabilizar o nosso Brasil, de impedir que a nossa presidenta governe. Estamos buscando uma saída. Acho que o desembarque do PMDB – no meu entendimento e de muita gente, temos lido muitos comentários na imprensa – foi uma coisa correta. E a gente precisa entender realmente o que está por trás dessa movimentação.

Quero voltar a falar sobre essa história da Ponte para o Futuro, que é o documento do Temer, o qual o senador Lindemberg denominou de pinguela para o passado; porque realmente é uma proposta inadequada de retirada de direitos dos trabalhadores. Ele se baseou na receita do recém-eleito Macri, da Argentina, que também está quebrando o país nesse momento. Desde a posse de Macri, já foram 40 mil trabalhadores demitidos na Argentina. O governo lá avaliza e impulsiona um ofensivo patronal contra os trabalhadores. Isso é o que eles querem fazer aqui com a nossa CLT, além de outras retiradas de direitos. Sob o comando de Macri, a pobreza na Argentina cresceu no primeiro trimestre deste ano e alcançou 34,5% da população. Em dezembro de 2015, o percentual de pobres era de 29%, segundo dados da Universidade Católica daquele país. A popularidade do presidente já caiu 15 pontos nesses três meses. É isso que o Temer faria com o Brasil, obviamente, com essa tal de Ponte para o Futuro.

Por isso, como diz o deputado Carlos Geilson: “Não vai ter golpe”. O Brasil hoje se levanta contra essa tentativa de interromper a nossa democracia, que custou muito caro para os brasileiros. Foram 21 anos de ditadura e sofrimento, de mortes, de desaparecimentos. E não queremos viver mais esse momento.

Graças a Deus, deixa-nos muito feliz, também, vermos hoje a juventude tomando consciência. Há 5, 6 anos, diziam que não gostavam da política, isso e aquilo; mas, hoje, você vê uma boa parcela da juventude se movimentando, se mobilizando e pedindo a manutenção da democracia.

Nesses 20 e poucos segundos que tenho, quero deixar registrada aqui a minha tristeza pela tentativa, do prefeito de Camaçari, de fechar a Cidade do Saber – uma instituição pública que tem feito um trabalho importante para os filhos dos

trabalhadores, com educação, cultura e esporte. E vemos hoje a irresponsabilidade daquele prefeito ao querer destruir um equipamento tão importante para a vida, principalmente, dos filhos dos trabalhadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, presentes nas Galerias Paulo Jackson, corpo técnico desta Casa, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero fazer alguns registros das cidades da região do Sudoeste da Bahia e de Serra Geral que estão aniversariando nesta semana.

Gostaria de parabenizar a cidade de Planalto, na pessoa do prefeito Clóvis Andrade, pelos 54 anos de emancipação política daquela bela cidade. Saúdo a vice-prefeita, os vereadores Flávio Nogueira, Bandeira, Rosenildo, Robério; o companheiro Luiz Cláudio, do Sindicato Rural, cidade onde temos uma parceria e que muito contribui para importantes projetos.

Da mesma forma, a querida cidade de Anagé, que é governada pela prefeita Professora Andréa Oliveira, pela vice-prefeita D. Ziza. Cumprimento também os vereadores Jadiel Portugal, Igor Macário e Jonabes Alves; os secretários: Napoleão, João Aguiar, Enicarlos e Amália. Também é uma cidade progressista, com muitas obras do Governo do Estado em parceria com o deputado federal Waldenor Pereira.

Ainda no dia 5, são comemorados 206 anos de emancipação política da querida Caetité. Cidade polo, espaço de muitas personalidades, como o educador Anísio Teixeira e o ex-primeiro Ministro Hermes Lima. Lá, naquela cidade, temos muitos amigos, muitos ex-alunos da Universidade do Sudoeste da Bahia, que são dirigentes, secretários e professores da UNEB. Nessa oportunidade, quero cumprimentar o amigo e prefeito José Barreira, a vice-prefeita Dr^a Fátima, os companheiros Joaquim Bandeira, Paulo Ledo, Joverlindo, Itamar, Anailde, Dauro Nogueira, Tião, Rosivaldo e a ex-vereadora Lira.

Também nesta próxima quinta-feira, estarão comemorando o aniversário de emancipação política, o município de Sebastião Laranjeiras. Deixo o meu abraço para a prefeita Dr^a Luciana Leão e para o vice-prefeito, o companheiro Cláudio Magalhães. Idem para Malhada, governada pelo companheiro Gimmy Everton, o vice-prefeito Emiliano Boa Sorte e todos os nossos vereadores da base do governo. Ainda a cidade de Cordeiros, que completa 53 anos da mesma forma que Sebastião Laranjeiras e Malhada. Deixo o meu abraço para o companheiro Edvar Ribeiro, Vavá, Delcir Alves, ao ex-prefeito Zé de Betina, ao ex-vice-prefeito Cido Pereira e a Renivaldo, secretário

de Agricultura, e todos os amigos militantes.

Encerrando a minha intervenção, Sr. Presidente, gostaria de reiterar esta preocupação com a nomeação dos profissionais da Polícia Civil. O nosso Líder do PT, companheiro Rosemberg Pinto, tem cuidado disso junto com o Líder do Governo, companheiro Zé Neto, que são as portas de entrada para as negociações. Naturalmente eu recebo muitas mensagens de amigos e companheiros do Sudoeste no meu *Facebook*, e todos nós estaremos mediando...

É diferente! A Oposição vem e faz a presença, e nós da Situação vamos atrás, nos bastidores negociando para fazer caminhar as reivindicações justas dos profissionais da Polícia Civil. Inclusive neste concurso temos muitos amigos e até parentes que foram aprovados e hoje aguardam a nomeação. Vamos torcer para que o governador Rui Costa encontre a fórmula. Nós estamos encaminhando, aqui, algumas medidas para diminuir esta pressão do índice de pessoal. Tenho a convicção de que o governador Rui Costa vai encontrar o caminho.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o debate nacional ontem foi muito importante em torno da crise política. A entrevista do Ministro Marco Aurélio Melo, embora, na minha humilde compreensão, acho que juízes, sobretudo de tribunais, deveriam ser mais recatados, só dar entrevistas temáticas e doutrinárias, em termos de premissa. Mas infelizmente é um blá blá blá danado. É ministro falando sobre todos os assuntos. Acho que não é bom para o poder judiciário esse superativismo do Poder Judiciário e dos tribunais.

Mas de qualquer sorte, ontem ficaram assentadas algumas premissas com relação a este debate nacional. Cabe recurso sim! Se por acaso passasse esse fatídico impeachment. Mas não vai passar. Não vai ter golpe não! Não vai ter golpe não! Pelas manifestações das academias, das faculdades de Direito, dos intelectuais e das personalidades do mundo das letras jurídicas, esta bobagem, este acidente, esta loucura não vai passar, porque não tem base jurídica, nem institucional. Estamos dando a base política a Dilma Rousseff para sustar este golpe, se Deus quiser.

É golpe, sim, porque é um golpe jurídico também, que não passará, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, estou atento aos pronunciamentos, e, quando é oportuno, gosto de vir em seguida aos deputados Zé Raimundo e Luíza Maia. O deputado Zé Raimundo estava elogiando o

comportamento do ministro Mello, que disse que os juízes só devem dar entrevistas sobre questões temáticas. Deveria começar pelo próprio ministro que concedeu essa entrevista.

A deputada Luíza Maia falou que os deputados da Oposição estão fugindo do debate da Lava Jato, e falou, inclusive, sobre o PMDB. Deputada, falei aqui ontem, que considero o PMDB o maior partido de todos os tempos deste País.

É lógico e evidente que no PMDB têm as espúrias que precisamos expulsar. O primeiro passo foi o PMDB se afastar do governo, o passo seguinte para nós, do PMDB da Bahia, é trabalharmos para afastar essas figuras nefastas que ainda estão no partido.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, hoje, pela manhã, na Comissão de Infraestrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo, fizemos uma reunião muito produtiva, com a presença do superintendente de Infraestrutura e Transporte do Estado da Bahia. É a superintendência que está substituindo o antigo Derba, que este governo extinguiu no final do mandato de Jaques Wagner.

O Dr. Saulo nos atendeu com muita gentileza, ouviu as queixas dos deputados e fez uma explanação de toda a atividade desempenhada pelo antigo Derba, e continuada pela SITI neste governo Rui Costa.

Um detalhe me chamou a atenção, Sr. Presidente, Srs Deputados. A Bahia tem uma malha rodoviária estadual de aproximadamente 20 mil quilômetros, e apenas 8 mil quilômetros de estradas estaduais sofreram intervenção do governo do Estado, seja na forma de manutenção, seja na forma de recuperação. Isso contando desde o primeiro ano do governo do PT na Bahia, desde 2007.

De 2007 a 2015, o orçamento do Estado, acumulado desses anos todos, somou aproximadamente R\$ 250 bilhões – meu caro deputado Jânio Natal – e o governo só investiu 1,05% desse valor nas nossas estradas, que são a base da economia baiana, já que nosso Estado é um estado eminentemente agrícola e que precisa das estradas para escoar seus produtos.

As estradas de que tantos deputados daqui falam, como o deputado Marquinho Viana fala da estrada Anagé/Tanhaçu; o deputado Fábio Souto fala da estrada Santa Luzia/Canavieiras; Pedro Tavares da estrada Morro do Chapéu/Jacobina; Robinho da BR 101/Potiraguá; Gika, do PT, da estrada Serrinha/Coité, e por aí vai. Vemos que cuidar da infraestrutura e das estradas do nosso Estado não é prioridade do governo.

Quero solidarizar-me com os colegas da Oposição que falaram sobre a nomeação dos concursados da Polícia Civil. Sabemos que uma das deficiências da nossa segurança pública é exatamente a falta de contingente de policiais militares e também de policiais civis. Nós, sobretudo nós deputados que somos de lá, dos malefícios que estão acontecendo pelo interior. Ainda ontem, no município de Cairu,

outrora pacato, houve dois homicídios. Um município com apenas 17 mil habitantes. Houve arrombamento de caixas eletrônicos e o município não dispõe de contingente de policial militar e nem de civil, para assegurar à população baiana, à sua população, aquilo que lhe é prioritário, que é a segurança pública.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao secretário de Segurança e ao governador do Estado: que atentem para o problema da falta de segurança pública na Bahia, nomeando os concursados que estão aguardando.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, policiais que nos acompanham através das nossas galerias, imprensa aqui presente, iniciarei o meu pronunciamento, nesta terça-feira, dando alguns números da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

No dia 1º deste mês, ocorreram dois homicídios no nosso Estado; no dia 2 deste mês, foram 7 homicídios; no dia 3, mais 6 homicídios e no dia 4, mais 5 homicídios. Ou seja, em 4 dias 23 assassinatos no Estado da Bahia. A nossa Casa, Srs. Parlamentares, está unida pela nomeação dos concursados da Polícia Civil. Os 63 parlamentares que compõem esta Casa estão cobrando do governo do Estado da Bahia a nomeação imediata desses 800 policiais. Quero, aqui, parabenizar os deputados da Base do Governo que apoiam a nomeação imediata dos policiais civis.

Gostaria de pedir ao presidente da Assembleia Legislativa – e, aí, pegando carona nas palavras da deputada Luiza Maia – que ele fosse o nosso porta-voz. Se somos uma unanimidade, nada melhor que o presidente Marcelo Nilo para ter esse diálogo com o governador do Estado da Bahia.

Vejo, aqui, o presidente da Comissão de Segurança Pública, o nobre deputado Marcelino Galo, que, também, apoia a nomeação imediata dos concursados da Polícia Civil. Quero fazer uma pergunta aos 63 parlamentares. Aqui, não irei mais fazer distinção entre Oposição e Governo, porque no quesito nomeação da Polícia Civil estamos unidos e somos uma unanimidade. Mas, devemos fazer algo para que isso aconteça. E eu pergunto a V.Ex^{as}: da semana passada para cá, o que foi feito para que o governador pudesse nomear o mais rápido possível esses policiais? Se foi feito pouca coisa, Srs. Parlamentares, vamos a partir de agora fazer mais para que essa nomeação aconteça o mais rápido possível. Em 4 dias, foram 23 assassinatos na Bahia, algumas outras tentativas de homicídio, sem falar nos assaltos a coletivos, ao comércio e aos cidadãos de bem do nosso Estado.

Quero lembrar aos 63 parlamentares desta Assembleia Legislativa que o governador do Estado da Bahia, em entrevista coletiva, afirmou que após o Carnaval iria chamar os policiais civis. É essa cobrança que esta Casa deve fazer: para que o governador cumpra com a sua palavra. Ao cumprir com a palavra, Sr. Governador, V.Ex^a estará afagando toda a população do Estado da Bahia. E, ao demorar de cumprir com a sua palavra, estaremos permitindo que cidadãos de bem sejam assassinados nos quatro cantos do nosso Estado.

Deputado Zé Neto, deputado Rosemberg Pinto – um, líder do governo, o outro, líder do Partido dos Trabalhadores – e o nobre deputado e amigo Marcelino Galo, sei que V.Ex^{as} apoiam, mas são V.Ex^{as} que têm a condição de chegar até o governador e fazê-lo compreender que a Assembleia Legislativa está unida. E que esta Assembleia não vai descansar enquanto o Diário Oficial não cantar. O Diário Oficial tem que nomear imediatamente esses policiais civis. Ou então estaremos sendo condescendentes com tamanha falta de segurança pública no nosso Estado.

Já falei e reafirmo – com a sua tolerância, Sr. Presidente –, que no Estado da Bahia, sem sombra de dúvida, talvez o maior crime de todos seja o crime da omissão. E nós não podemos nos omitir da nossa responsabilidade. Vamos cobrar do governador, com firmeza, e cada vez com ainda mais firmeza, até que ele nomeie e garanta a segurança da população do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Jânio.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Nobre presidente, demais colegas deputados, na semana passada vim a esta tribuna anunciar a minha desfiliação do PRP, me filiando, com muito orgulho, ao PTN. Aqui deixei claro que a minha filiação ao PTN, que faz parte da base do governo do Estado, não mudaria minha posição independente nesta Casa.

E venho aqui, hoje, reafirmar e colocar a minha posição contra essa atitude do governo do Estado a respeito da falta de nomeação dos policiais civis e agentes penitenciários.

Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a fez aqui um pronunciamento emocionante, dentro de uma realidade em que nosso Estado está: com a segurança totalmente falida. E não vemos por parte do governo do Estado qualquer ação para que possamos acreditar em uma segurança melhor no dia de amanhã. Sem contar o desrespeito desse governo com essas pessoas, os quais muitos deles largaram os seus empregos na expectativa de servir à segurança do nosso Estado.

Quero me solidarizar com todos vocês. Serei mais um nesta luta incansável, luta

que, tenho certeza, sairemos vitoriosos, exceto se o governo realmente quiser continuar demonstrando para a Bahia e os baianos que a segurança que aí está é a que ele quer mas não é a segurança que nós queremos. Queremos, sim, que ele, em vez de investir maciçamente nas propagandas de televisão, invista parte desse dinheiro na nomeação de todos vocês.

No nosso Estado, infelizmente, o problema não é só da segurança, o problema não é só da saúde. Estamos vivendo um caos total na educação do nosso Estado. Estamos vendo, dia a dia, escolas importantes sendo fechadas, sem aulas por falta de secretárias, de auxiliares de serviços gerais, de vigilantes, de merendeiras e de tantos outros profissionais. Ora, o nosso governo do Estado, que não se preocupa com a saúde, nem com a segurança do Estado, agora não demonstra qualquer preocupação com a educação do nosso povo.

Quero, aqui, registrar e lamentar essa desfeita com o povo baiano, no que se refere a estas três importantes bases para a sustentação do nosso Estado: a segurança, a saúde e a educação. Tínhamos 234.000 vagas para estudantes, mas só se inscreveram 217.000, exatamente porque o governo não priorizou a educação no nosso Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados e Srs. Deputadas desta Casa, Srs. das Galerias Paulo Jackson, concursados da Polícia Civil – reconheço o direito legítimo da pressão democrática de vocês –, servidores desta Casa, Imprensa, o debate que durante o ano fizemos se dá agora de forma intensa, neste Plenário, graças à presença de vocês. Se vocês não estivessem aqui, assim não seria. A preocupação com a segurança pública é fundamental, em razão do que passa a sociedade brasileira.

Sabemos que o sistema, como um todo, faliu! É preciso reestruturar esse sistema, é preciso tratar a violência que cai, sobretudo, sobre os mais pobres, e que agora se espalha pela sociedade como um todo. Até pouco tempo, era uma coisa que se dava na periferia, nas favelas. Isso não incomodava as elites, porque a polícia tratava, matava, exterminava o que ela mesmo julgava como sendo bandidos.

Então, essa é uma questão que está na sociedade como um todo. Qual o governador, independente do partido a que pertencesse, não se preocuparia com uma

questão como essa? Qual secretário de Segurança Pública não se preocuparia? Então, o secretário de Segurança Pública – que, sentado com a representação da Polícia Civil, acordou que era necessário encaminhá-los, de forma imediata, à formação – reconhece que precisa de profissionais. Ele diz que vai incorporar esses profissionais, mas que no momento ainda aguarda alguns encaminhamentos. Então, isso vai ser feito, porque isso vocês conquistaram com uma prova de conhecimentos.

Então, ouvi as palavras fáceis do último deputado que aqui se colocou, como se educação não fosse prioridade, como se segurança não fosse prioridade e como se o Estado gastasse mais em publicidade. O que nós temos que reconhecer é que o governador Rui Costa, com uma sensibilidade muito grande, tem visitado escolas, como nenhum outro governador fez na história deste Estado. E ali ele está perdendo mais tempo – não perdendo, mas ganhando – conversando com diretoras, diretores, estudantes das escolas. E outra coisa que não é verdade: a demanda que o deputado aqui falou não é real. Todo mundo sabe que a população vai amadurecendo; o número de jovens vai diminuindo; a demanda por escola vai se movimentando e vai diminuindo. Isso ocorre em todos os lugares, porque é uma questão demográfica. Assim, aquela é uma afirmação sem fundamento.

Então, nós temos que ser honestos e aqui reconhecer que precisamos de profissionais para fazer a segurança, porque isso só é feito com homens e mulheres qualificados. É preciso que a gente desenvolva um sistema de inteligência na polícia! É preciso que a gente reestruture as polícias! É preciso, inclusive, que a gente tenha mais polícia! E a polícia penitenciária é uma polícia fundamental que nós vamos ter que criar.

Então, nós não vemos isso como uma competição entre situação e oposição, porque somos nós que sentimos. Todos temos interesse e reconhecemos que a Oposição, também, de forma legítima, tem todo direito de tentar capitalizar essa pressão. Amanhã ou depois, vocês, com certeza, serão contratados, porque a sociedade precisa; o sistema de Segurança Pública precisa! E precisa, sobretudo, de gente jovem, qualificada, que entenda que a relação da polícia tem que ser com a comunidade, que o policial é um servidor público como outro qualquer. Sei que assim entende também o deputado da Oposição Adolfo Viana, que, apesar de jovem, é um competente e qualificado deputado. Ele está antenado e soube muito bem dialogar com vocês. Mas isso não impede que vocês viabilizem o diálogo com o governo e com os deputados de situação; porque todos nós queremos. E dessa forma é que nós vamos conduzir, porque o que o governador Rui Costa mais quer é fazer isso. Se não o faz, não é por falta de responsabilidade, nem por falta de interesse e compromisso com a segurança pública.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marcelino Galo, inicialmente quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que vem fazendo nesta terça-feira. Quero concordar com V.Ex^a. O currículo do secretário de Segurança Pública da Bahia – já falei diversas vezes dessa tribuna – é compatível com o cargo. Mas o secretário precisa da estrutura necessária para corresponder ao Estado da Bahia. Quero dizer a V.Ex^a que longe de mim querer capitalizar. Eu quero estar unido com V.Ex^a, que é o presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Falei, quando me pronunciei da tribuna, que esta não é uma luta da Oposição contra o governo, muito pelo contrário, neste quesito segurança pública, devemos estar unidos.

O governador do Estado da Bahia deu a palavra de que, após o Carnaval, iria nomear os concursados. Se o governador estiver tendo dificuldade para a nomeação, vamos sentar, ver quais são as dificuldades, vamos encontrar o caminho necessário para a nomeação imediata desses policiais.

Além de parabenizar V.Ex^a, quero dizer que esta luta não deve ser feita entre Oposição e o governo. Esta luta deve ser feita de uma forma geral. A Assembleia Legislativa da Bahia já demonstrou dessa tribuna que nós todos estamos unidos pela segurança pública do Estado da Bahia.

Então, parabéns a V.Ex^a. Não vamos fazer aqui o discurso fácil. Vamos fazer o discurso responsável em defesa do cidadão de bem do Estado da Bahia.

O Sr. MARCELINO GALO:- Peço que seja incorporado ao meu pronunciamento o aparte do deputado Adolfo Viana, em manifestação de respeito a S.Ex^a.

Mas eu queria dizer que a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos está à disposição. Nós fizemos contato com o secretário da Segurança Pública e ele nos manifestou que, se fosse pela decisão dele neste momento, se não houvesse limites orçamentários e financeiros, ele já teria feito essa contratação.

Então, é preciso que mantenhamos o diálogo com o governo, porque vocês, policiais concursados, ao serem contratados, imediatamente serão incorporados ao sistema de segurança. Nós precisamos de vocês como aliados para que mudemos e para que esse sistema seja o sistema que venha a servir à nossa sociedade.

Dito isso, eu queria voltar ao tema candente da conjuntura política. Tive a oportunidade de estar, no dia 31, em Brasília. Fizemos várias manifestações por este País, e ontem estivemos na Reitoria da UFBA com mais de 800 estudantes, professores, intelectuais. E ali foi recordada e debatida a pauta negativa sobre os autores que, em 1964, fizeram o golpe, com a mesma mídia, a mesma *Rede Globo*, a mesma *Folha de S. Paulo*, que emprestava seus veículos para, de forma camuflada, transportar presos políticos para serem torturados, os mesmos empresários que naquele momento financiavam o golpe. Eles não contavam que neste momento histórico, agora, não

teriam as forças militares. Então, o próprio Exército, a Aeronáutica, a Marinha, de forma muito consciente, madura, entenderam que não permitiriam serem usados mais uma vez por uma burguesia exploradora, uma classe dominante sem nenhum carinho pelo povo, que sempre foi exploradora, perversa, excludente desde a sua origem, e que hoje volta com a maior desfaçatez. Nem os atores se modificaram. São os mesmos que querem enganar o povo brasileiro.

Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a, que se refere a essa cidade que resistiu ao golpe de 64, ali com as suas figuras mais brilhantes participando dessa história, hoje o povo brasileiro reage. E de forma diferente.

O que temos de positivo neste momento é que a sociedade brasileira volta a discutir políticas, o seu povo se mobilizando, de um lado a Direita com os seus “coxinhas” propondo prisões. E aqui na Bahia nos envergonha um deputado entrar com representação para pedir a prisão de Guilherme Boulos, uma das maiores lideranças populares, justamente uma liderança dos movimentos populares dos sem-teto de São Paulo. E aí ele entra achando que, como não tem as Forças Armadas, o Judiciário, que tem uma parte contaminada, agora vai sair prendendo líderes populares, prendendo líderes sindicais!

Então, a reação foi muito diferente. Hoje o povo foi às ruas, hoje o povo discute política, hoje o povo não quer mais golpe neste País! E eles têm de aguardar até 2018, porque lá haverá eleições. E foi dessa maneira que a presidenta Dilma chegou ao poder, com 54 milhões de votos do povo brasileiro! Mas teve a inoportunidade de contar com uma chapa que tem um representante do maior partido brasileiro, o PMDB, que nunca na história deste País, a não ser lá atrás com o glorioso Ulysses Guimarães, teve chance de concorrer à Presidência da República, porque eles, os peemedebistas, servem a qualquer governo que está no poder.

Só que hoje nós, com certeza, não vamos permitir que este partido tenha o terceiro integrante seu a ocupar a Presidência da República sem concorrer às eleições, sem ter sido eleito pelo povo brasileiro, porque assim foi com o Sarney e o Itamar Franco. Eles agora, através de golpe, queriam botar o Michel Temer. Mas foi feita uma pesquisa, e 83% da população acham que ele não deve ser presidente da República.

Hoje foi aceito no Supremo Tribunal - somos contra também a aceitação do *impeachment* - que o assunto pra lá fosse encaminhado e haja uma comissão para examinar também o vice-presidente da República sobre as chamadas pedaladas, o crime de que se acusa a presidenta Dilma, uma mulher com muita seriedade, uma das mulheres mais íntegras, determinadas e honestas, uma mulher que sabe o que faz da sua vida mas foi desrespeitada de forma criminoso!

As mulheres brasileiras têm de reagir quando uma revista que faz uma mídia nojenta e criminoso diz que ali era uma mulher histórica. E as mulheres devem abrir o

olho, porque toda mulher que ocupa cargo político, cargo dirigente neste País, sofre a pecha machista e sexista desses nojentos que têm uma mídia financiada! E isso foi o que fez a Revista *IstoÉ*, aproveitando-se do momento em que a presidente comemorava o gol do Brasil. Quem não comemora o gol do seu time de forma esfuziante? Mas de forma criminosa eles, para poderem atacar a mulher, porque tem gente que faz isso, tem gente que bate em mulher, tem gente que não tolera mulher no poder. Nós queremos a igualdade, deputada Fátima Nunes, a quem concedo um aparte neste momento.

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo aparte a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso em defesa da sociedade brasileira. Cada vez que debatemos esse tema, com muita força e com muita energia, gritamos bem alto que não haverá golpe, que respeitamos a democracia, que valorizamos a nossa presidente Dilma- e que nesse momento em que V.Ex^a repudia a Revista *Isto É* se soma verdadeiramente ao grito de todas nós, que lutamos muito para sair da cozinha e participar da política, pelo bem da sociedade, pelo valor de ter uma sociedade justa, democrática e oportuna para todos os brasileiros.

Portanto queria falar rápido, já que outros companheiros pediram aparte, que dia 31, além de Brasília, também nos espalhamos pelo Brasil inteiro e nessa nossa região, no território do Semiárido Nordeste II, do Litoral Norte fomos para as ruas.

Tenham certeza de que os fascistas, os golpistas não passarão. Estamos na vigília contínua e na defesa. Fica Dilma. Não ao Golpe.

Parabéns, deputado.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Deputada Fátima Nunes, peço que o vosso aparte seja incorporado ao meu pronunciamento. Com o aparte a deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Marcelino Galo, fiz questão de solicitar este aparte para registrar a minha alegria pela sua fala em defesa da nossa presidente, com seu discurso feminista, mostrando que realmente que o nosso País está descambiando para a barbárie. A falta de civilidade, o absurdo, a agressão, o desrespeito, a postura machista que essa revista teve, deve ser repudiada não só pelas mulheres brasileiras, mas também por todos os homens. V.Ex^a está de parabéns pelo discurso que fez, por nos ajudar nessa nossa luta. Como a deputada Fátima disse, lutamos muito para ocupar espaço no poder, na política - e sabemos a dificuldade que é, pois é um espaço que não recebe as mulheres de braços abertos. Temos que tirar as pedras do nosso caminho, arrombando portas, para poder nos colocar nessa posição de mando. Conseguimos eleger mesmo em um país de cultura, ainda, machista, uma primeira presidenta. Não

será uma revistinha de “coxinhas”, de desesperados porque perderam o poder desde de 2002, que desqualificará e desmoralizar uma presidenta com uma história tão bonita quanto a da querida Dilma.

Parabéns pela sua fala. Dia 7 estaremos em Brasília, no Planalto, para apoiá-la. Todas as mulheres, movimentos de mulheres e feministas estão convocados para irem à Brasília, a fim de mostrarmos o nosso repúdio e pedir respeito às nossas instituições.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço à deputada Luíza Maia.

Com o aparte Fabíola Mansur, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher desta Casa.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado Marcelino Galo, quero lhe parabenizá-lo pela parte do seu discurso que repudia - como presidente da Comissão de Mulheres - e quero parabenizá-lo como presidente da Comissão de Direitos Humanos, pois com muita propriedade coloca essa questão, já que a matéria foi um ato absolutamente machista, que tenta desqualificar todas as mulheres, seja a presidente da República ou qualquer outra, com o discurso de se somos enérgicas e brigamos pelo que é justo somos chamadas de nervosas, de descontroladas e desequilibradas.

Isso é um preconceito de gênero. Quero também me associar ao seu discurso. O Correio de Campinas disse que a presidenta Dilma precisava de um marido, de um namorado.

Há muito tempo que nós mulheres queremos os avanços de ocupar os espaços de poder, que queremos e brigamos pela igualdade, pela equidade. Portanto temos que repudiar qualquer discurso machista e sexista que venha nos desqualificar.

Dessa maneira quero lhe parabenizá-lo, um homem que à frente dessa tribuna vem em defesa de todas as mulheres brasileiras, também faz disso uma luta de toda sociedade.

Quero incorporar ao seu discurso o nosso repúdio também à da revista do *Correio de Campinas*.

Viva as mulheres, e sejam seus lugares onde nós quisermos e que sejamos respeitadas nos nossos momentos! Que sejamos respeitadas sem sermos eternamente desqualificadas por atitudes que são absurdamente preconceituosas. Desta Casa, estaremos sempre a levantar as nossas vozes, todas as sete mulheres da Casa, em defesa das mulheres, em defesa do respeito às mulheres, à igualdade.

Parabéns, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Também agradeço o seu aparte e peço que seja incorporado ao meu pronunciamento, aqui dizendo que o golpe vem sendo desnudado pela sociedade brasileira. A classe trabalhadora, as classes populares sabem que, no fundo, um país governado por Eduardo Cunha, processado, investigado, denunciado primeiro pelo Ministério Público da Suíça e que está sendo usado por uma fração da

burguesia para que logo após, se isso fosse possível, porque não é mais, feito o *impeachment*, aí ele seria preso, deputado Herzem Gusmão.

Eu não desejo prisão, nem festejo prisão de nenhum brasileiro, porque esse também é um sistema falido, podre. Nós compactuamos com isso porque a sociedade pensa que o preso é para ser depositado no lixo, mas ali não se corrige, não se ressocializa ninguém. Por isso, o que Eduardo Cunha tem que fazer é devolver o dinheiro que ele roubou da sociedade brasileira, do pobre.

A corrupção prejudicou a saúde, a educação e a segurança pública! E esse cara de pau está lá comandando o Congresso Nacional. Então, esse partido que antes era governo e a metade está na oposição, agora é oposição, a metade está no governo, não saiu ninguém, mas teve deputado que veio aqui na tribuna, o deputado Pablo Barrozo, dizer que ia expulsar aqueles ministros que não saíssem do governo. Eu quero agora que o PMDB expulse todos os seus ministros que não saíram do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Não foi senhor, mas V.Ex^a ouviu também aqui vários pronunciamento.

Então, peço aos senhores que compreendam o momento por que estamos passando, sei que é difícil, mas podem contar com a nossa compreensão e com a nossa companhia ao lado de vocês, porque a sociedade precisa.

Viva a democracia! Não vai ter golpe!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o representante do PPS, por 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro e, em seguida, da deputada Fabíola Mansur.

Na nova configuração, há duas representações aqui, no caso o PPS e o PDT. Então, mudou, deputada Fabíola Mansur, o ritual.

Com a palavra... (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Com a palavra o representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados... (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputada Fabíola Mansur.

A Srª Fabíola Mansur:- Após o Grande Expediente, aqui na lista do Horário das Lideranças Partidárias havia o tempo do PP, PCdoB, PSB e PTN.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Essa lista está desatualizada.

A Srª Fabíola Mansur:- Mas esta lista foi passada recentemente pelo Sr. Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada, a ordem não vai alterar muita coisa.

A Srª Fabíola Mansur:- Eu queria que V.Exª dissesse qual a nova lei, esclareça...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, Srs. Deputados.

Vou esclarecer, deputada Fabíola. Com a nova configuração, vários deputados mudaram de partido seguindo uma nova ideologia, então mudou o rito. Antes começava com o Bloco da Maioria, agora começa com o representante do PPS por 5 minutos...

A Srª Fátima Nunes:- Qual a lista que está certa, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...) depois o PDT e em seguida o que era normal.

Vou pedir uma lista para enviar.

A Srª Fabíola Mansur:- Peço a lista correta para que possamos acompanhar as falas dos Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou pedir à Secretaria da Mesa para encaminhar a V.Exªs.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, não, gostaria de indicar os oradores, Sr. Presidente.

Falarão os deputados Pablo Barrozo e Prisco, respectivamente, por 6 e 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, baianos e baianas que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Pablo, 1 minuto.

Deputado Luciano, no tempo do PPS não tem problema nenhum a substituição, até porque é no Bloco da Minoria. Já no outro tempo não pode, porque é da Representação do PDT. Então o Soldado Prisco não vai poder falar agora; terá de ser

mais tarde.

(A deputada Fátima Nunes fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vai ter tempo suficiente para todo mundo usar a palavra. Não entendo essa celeuma.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Pablo fala por 5 minutos e o deputado Prisco falará em outro tempo, quando tiver oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pronto, o deputado Adolfo Viana já resolveu de uma vez.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ainda precisa da questão de ordem, deputada?

Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, o deputado que o antecedeu na Presidência, o presidente desta Casa, Marcelo Nilo, deu a todas as Lideranças Partidárias um prazo até quinta-feira para que tivéssemos a nova conformação. Como ainda não temos essa nova lista, que possamos seguir a lista anterior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Fabíola, isso é coisa rara, uma exceção, um mal-entendido.

Retorno a palavra ao deputado Pablo pelo tempo de 5 minutos. Vou marcar o tempo, pode começar

O Sr. PABLO BARROZO:- Baianos e baianas, quero saudar a todos os concursados da Polícia Civil que estão aqui no Plenário reivindicando o seu direito justo.

Não vai ter golpe, deputado Zé Raimundo, pois o golpe já houve quando a presidente, na campanha eleitoral, veio a público, em todas as redes de televisão, mentir para a população brasileira. Mentiu com a maior cara deslavada que o cidadão pode ter. Infelizmente, vimos isso.

E aí tenho de conter a minha vontade de vir falar da questão nacional. Porque quando vejo a segurança pública do Estado da Bahia tão abandonada, quando vejo os concursados da Polícia Civil aqui, quando sou cobrado diuturnamente com relação ao abandono da saúde no nosso Estado, não podemos ficar aqui paralisados com esta discussão que está enojando a política nacional: quem roubou menos, quem roubou mais. Um discurso pobre, hipócrita, um discurso que desqualifica qualquer brasileiro.

Estava ouvindo alguns colegas que me antecederam e pensando: eles estavam aqui, deputado Adolfo Menezes, no *impeachment* do presidente Collor e tinham um discurso totalmente inverso. E note que quem olha a história vê que naquela época não se armou uma quadrilha lá no centro do poder.

A justificativa é que são os grandes empresários, as grandes elites que mantêm

isso. Ora, quem foi que financiou essa última campanha do PT, não foram os grandes empresários? E a maioria deles não está presa? Tem algo que minha inteligência não alcança. Censurar a imprensa não foi algo que o PT tentou implementar durante esses 8 anos, inclusive com projeto de lei. Obstruir a Justiça não é algo que está aí comprovado nos grampos e, inclusive, no depoimento do ex-Líder do PT no Senado.

Burguesia? Lembrei da cena de Lula sendo conduzido coercitivamente para a Polícia Federal numa camionete BMW. Que burguesia é essa? Ele indo tomar posse em Brasília num jatinho particular. Que burguesia é essa? Esse discurso caberia há 60 anos. É óbvio que caberia. E aí a história do PT – que respeito – tem a ver com essa luta. Assim como a história do PSDB, com Fernando Henrique, José Serra e outros dos seus quadros que foram exilados. Mas o que não podemos ter é esse discurso pobre, hipócrita, que falta com a verdade, pois aí, infelizmente, não poderemos construir nada para o futuro.

Estava me questionando: quanto se paga à maior banca de advogados? Parece que para a peça inicial que Lula deu entrada foram R\$ 20 milhões. Só por aquela peça! Que burguesia é essa?

Infelizmente, deputados Adolfo e Fábio Souto, tenho visto argumentos que são totalmente falhos. Vivemos uma crise e alguns políticos ainda não antenaram que as pessoas não são burras.

Assisti a uma série que é estourada na Netflix, *House of Cards*, o deputado Prisco sabe do que estou falando. No final dessa série, o presidente, no caso, dos Estados Unidos, depois de tudo que fez para se eleger – corrupção e até matar gente –, a última opção que lhe resta é o terrorismo, é implantar o medo.

E foi isso o que fez o secretário da Contag em Brasília, a quem deixo aqui o meu repúdio. Esse secretário fala: “Vamos invadir os terrenos, vamos invadir as propriedades rurais, vamos paralisar o País, vamos tocar fogo neste País”. Ele acha que tem de defender os corruptos porque a Justiça está correndo atrás dos corruptos, sejam eles de que partido for. Por isso eles têm de tocar fogo e botar medo nas pessoas de bem.

Vamos puxar para a Bahia. Neste ano, enquanto foram gastos em segurança pública R\$ 22 milhões no nosso Estado – dados oficiais do Fiplan –, foram gastos em propaganda R\$ 28 milhões. Propaganda para dizer que o governo de Rui Costa fez a Via Expressa, que é uma escancarada mentira, já que essa via foi inaugurada em 2013, e fez o Hospital do Subúrbio, que foi inaugurado em 2010.

Enquanto o governo do Estado faz uma mentira dessa natureza, tirando sarro com a inteligência de todos os baianos, ficam os concursados da Polícia Civil e os concursados para agentes penitenciários sem emprego. Os presídios estão construídos, mas sem ninguém para trabalhar neles. E a segurança pública abandonada.

Isso só demonstra a falta de prioridade do governo do Estado com a nossa querida Bahia. Infelizmente, nós vivemos com essa realidade. Eu faço um apelo a todos os deputados, os 63, e digo àqueles da base governista que estão com adesivo no peito: vamos obstruir a pauta aqui na Assembleia até que o governador faça a nomeação destas pessoas, que muito servirão à sociedade baiana.

(Palmas das Galerias!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o representante do PDT.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Indicamos o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório por 5 minutos. V.Ex^a está protegido: duas Bíblias de uma vez! Graças a Deus!

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa, senhores e senhoras das Galerias, mui dignos companheiros de Polícia e da Segurança Pública que estão justamente brigando por seus direitos, com a Bíblia católica na mão, eu informo que “Deus criou o homem e a mulher. Homem e mulher criou o Senhor Deus e abençoou macho e fêmea”. Na Bíblia versão evangélica está escrito: “E disse Adão: ‘Esta é agora osso do meu osso, carne da minha carne’ ”. Então, um homem diz a uma mulher. E Deus criou Adão e Eva. Se Deus quisesse homem com homem, seriam Adão e Ivo. Estou ali debruçado no projeto que o secretário da Educação mandou a esta Casa e não poderia deixar de olhar as entrelinhas. Quero chamar a atenção de S.Ex^a o governador do Estado para ele não sofrer um golpe duro num momento político tão sério, quando o governo tem tantas coisas para tratar, como segurança pública, educação, saúde, lazer, melhoria da qualidade de vida das pessoas, as drogas! Nós estamos perdendo a luta para as drogas! E aí vem o Sr. Secretário querendo discutir... dentro das escolas, querendo incutir na cabeça das crianças, dos meninos: “Você não é menino. Você pode ser menina depois. Você não é homem. Tem..., mas depois pode ser mulher. Você também não é menina. Essa ‘cocotinha’ sua, depois entope ela e bota uma borracha.”

Jamais vou aceitar isso! Eu deixo de ser deputado! Não tem custo, não vou trair a natureza de Deus! Deus criou macho e fêmea e abençoou. E o que passa disso é procedência maligna! Mulher nunca vai ser homem! Pode botar borracha dentro da calçola, pode botar silicone! Não vai ser homem nunca!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado...

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Pode cortar o cabelo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado...

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Homem nunca será mulher! Pode

cortar, castrar a... que Deus deu, o pênis, mas não vai ser mulher nunca! Vai dar infecção a cratera feita pelos médicos! Porque quem criou homem e mulher criou sabendo que homem com homem não faz filho, que mulher com mulher também não faz filho! E os antigos me diziam que homem com homem é lobisomem e mulher com mulher é jacaré!

Não vou aceitar que no Plano Estadual de Educação o secretário engane o governador do Estado. S.Ex^a é um homem sincero, honesto, trabalhador, esforçado e, com certeza, não tem tempo para ler o projeto. Estou ali com mais de 60 páginas! O problema do projeto está nas entrelinhas. Nas entrelinhas ele quer fazer um absurdo!

Propus, através de uma emenda a este Projeto nº 21.625, que se mudem os termos botando, simplesmente mudando o seguinte: pode estimular que a diversidade cultural e religiosa e a etnia sejam objeto de tratamento didático, pedagógico e integrem o currículo das escolas e da formação de professores dessa etapa da educação.

Mas mandei tirar as palavras gênero e sexualidade. Quem tem de tratar de sexo é o pai e a mãe, é a família! O filho, quando nasce, é pertencente à família! Cada qual se quiser ser, fazer o que quiser com suas partes sexuais, que faça! Vá pra dentro do motel, vá pra dentro das quatro paredes e faça o que quiser!

Eu respeito os *gays*, eu respeito as lésbicas! Se ser *gay* fosse bom, eu estaria *gay* até hoje, porque todo mundo sabe muito bem que também já fui *gay*! Mas, quando vi que não dava certo, que estava ficando humilhante, encontrei Jesus e através da sua palavra fui transformado! Hoje conheço mulher, sou casado e faço sexo quatro, três vezes à noite, até pra aproveitar o tempo perdido!

Deus criou macho e fêmea, criou homem e mulher. E não vou deixar meu governador enganado!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Então, aproveito deste microfone para pedir a S.Ex^a o governador que ouça o Líder do Governo, o qual hoje educadamente me ouviu por mais de 1 hora de relógio, tergiversou, falou, tentou me orientar, mas respeitou minhas ideias. Então, peço a V.Ex^a e ao Líder da Oposição, porque questão divina não é questão de política... Respeitar Deus...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) é obrigação do parlamentar de qualquer partido, porque deputado, presidente e governador ou qualquer outro político que tentar contra Deus e contra a natureza morre comido de bicho! Morre, às vezes, num avião estourado!

Então, deputado Zé Neto, agradeço-lhe pela paciência que teve comigo hoje. Diga a S.Ex^a o governador do Estado que a CNBB, padres, freiras, pastores

evangélicos, espíritas entraram em contato comigo. Vamos cuidar do que é público e deixar sexo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, para concluir.

(...) Sexo tem de ser coisa privada, sexo tem de ser entre quatro paredes! Não podemos permitir quererem “Gay, gay, gay! Salvador é gay! Gay, gay, gay! Bahia é gay! Gay, gay, gay! Brasil é gay! Isso é conversa do diabo!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- O Brasil e a Bahia não são gays! São de Jesus! Eu respeito todo mundo!

Quero pedir ao governador que, com sua sensibilidade, nomeie os policiais do concurso de 2013, porque é importante para a segurança da Bahia! (Palmas) E eu sou policial! Deputado eu estou e policial eu sou!

Muito obrigado.

Homem com homem é lobisomem, e mulher com mulher é jacaré!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Solicito da Taquigrafia que retire as palavras que nada engrandecem o Parlamento. Ainda mais na hora em que a população brasileira não respeita e não quer respeitar os políticos, isso só vem denegrir a imagem do Parlamento, com todo o respeito que tenho ao deputado Pastor Sargento Isidório.

Então, solicito à Taquigrafia que retire.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Presidente, peço desculpas. Autorizo que retire.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a é consciente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de alertar esta Casa com relação a 23 homicídios em quatro dias. Este é o tema primordial, este é o assunto que deve ser tratado hoje, até em respeito aos 800 concursados que aqui estão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a vai formalizar a questão de ordem?

O Sr. Adolfo Viana:- Vou formalizar, Sr. Presidente, com a tolerância de V.Ex^a. Se eu puder utilizar os meus 5 minutos, irei formalizar.

Gostaria de pedir uma verificação de quórum...

A Srª Fátima Nunes:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) justamente com o chamamento para que todos os parlamentares que se encontram na Casa venham ao Plenário debater este assunto, que é a prioridade na Bahia. (Palmas) Precisamos, Sr. Presidente, compreender de uma vez por todas que a questão da segurança pública neste Estado deve ser tratada de maneira imediata. Não dá mais para adiarmos este tema.

Vejo aqui o Líder do Governo, o deputado Zé Neto, que é um parlamentar bem-intencionado, qualificado, tem todas as condições do mundo de abrir esse diálogo com o governador e de cobrar do governador a palavra dada na última coletiva de Imprensa, que eu tive a oportunidade de ver, o governador afirmando que após o Carnaval ele iria começar a nomeação dos policiais civis.

Somos uma unanimidade aqui, Sr. Presidente, 63 parlamentares entendem que é a hora de nomear. Morreram 23 cidadãos baianos em 04 dias e um delegado, diga-se de passagem, na porta de casa na cidade de Lauro de Freitas. Então, esse é um assunto que a Casa precisa tratar com urgência.

E eu aproveito agora a chegada do presidente Marcelo Nilo, que é quem tem a condição de representar os 63 parlamentares...

A Srª Fátima Nunes:- Questão de ordem, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) justamente por ser o presidente da Casa..., Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, eu pediria a atenção de V.Exª.

A Srª Fátima Nunes:- Deputado Marcelo Nilo, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marcelo Nilo, nós somos aqui na Casa, uma unanimidade, Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exª, porque aqui tanto os deputados do governo quanto os da Oposição, nesse quesito da nomeação dos policiais civis, somos uma unanimidade. O próprio governador do Estado, através de coletiva, anunciou que após o Carnaval iria começar a nomeação dos policiais civis. Como somos uma unanimidade, e quem pode falar pela unanimidade da Casa é V.Exª, justamente por ser o nosso presidente, o chefe do Poder Legislativo, nós queríamos que V.Exª tivesse essa conversa com o governador, representando toda a Assembleia Legislativa que exige a nomeação imediata dos policiais civis concursados no concurso de 2013.

Muito obrigado. (Palmas)

A Srª Fátima Nunes:- Sr. Presidente... (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Fátima, antes de passar a palavra a V.Exª, marque a presença, por favor.

A Srª Fátima Nunes:- E já marquei, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marcou não.

Eu já conversei, algumas vezes, com o governador Rui Costa sobre a aprovação

dos concursados da Polícia Civil, como também já conversei sobre os concursados da Procuradoria Geral do Estado. O que ele está alegando é que está estudando uma fórmula, que ele já ultrapassou o limite prudencial – são palavras dele – ele está vendo a fórmula legal e jurídica, junto à Procuradoria Geral do Estado, para equacionar esses dois problemas, a Polícia Civil e os procuradores. Essa que é a informação.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, primeiro, da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, eu queria, nessa questão de ordem, solicitar a V.Ex^a que fosse zerado o painel, dado o tempo necessário para que os deputados adentrem o Plenário, marquem suas presenças e ao mesmo tempo solicitar de todos e de todas para adiantarmos os trabalhos da sessão desta tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Teve uma questão de ordem para a continuidade da sessão?

A Sr^a Fátima Nunes:- Sim, teve.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo)- Então, só um segundinho, zere o painel, marque 15 minutos. Antes de passar a questão de ordem aos deputados Sandro Régis e Fabrício, Srs. Deputados que queiram a continuidade da sessão, marquem as presenças.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo)- Deputado, primeiro marque a presença, por favor. Srs. Deputados, marquem as presenças.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente, com relação a esse assunto de tamanha importância, que se trata de segurança pública do Estado da Bahia, e com relação aos convocados no concurso da Polícia Civil, esse é um assunto de interesse da Bahia, todos os deputados aqui têm interesse, têm responsabilidade com segurança pública.

E nós, por exemplo, da Bancada do PCdoB, PT, PSB e PTN, já tivemos reunião com o governador, ele está preocupado com esse assunto, mas já alcançou 48% de gasto com pessoal. Solicitou uma posição do Tribunal de Contas para que possa chamar vocês de forma urgente. O governador está sensível. Em uma reunião com os deputados dos partidos acima citados disse estar extremamente preocupado e que é prioridade dele chamar vocês o mais rápido possível. E nos fizemos essa solicitação por conta de que temos essa preocupação, esse deputado que vos fala tem preocupação com segurança pública e acha que a convocação de vocês é urgente, e vocês têm o nosso apoio em qualquer situação para isso.

Inclusive, o deputado Sargento Isidório, que é policial militar também, disse que o próprio governador também falou para ele. Então temos essa necessidade e estamos

discutindo isso diariamente. Só não podemos entrar no oba-oba do jogo dos que só sabem falar. Damos muita importância e apoio ao assunto de vocês, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que quiserem a continuidade da sessão, marquem as presenças.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos ausentes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que se contrate a título de reposição tanto na área da segurança pública quanto nas da educação e saúde. Ou seja, o que precisamos é chamar a atenção do governador para a necessidade imediata. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem essa exceção para a reposição na área da segurança pública e está claro, para toda a Assembleia Legislativa, que a deficiência no efetivo da Polícia Civil do nosso Estado não pode esperar mais.

O que queremos de V.Ex^a é justamente esse compromisso para que represente a Assembleia Legislativa de modo geral na conversa com o governador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falarei novamente com o governador Rui Costa. Viajarei com ele na próxima quinta-feira para a cidade de Marau e conversarei com ele, salvo engano, pela quinta vez.

Questão de ordem, deputado Zé Neto. Seja breve porque já há quórum.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, meu nome foi citado várias vezes e quero também trazer uma informação aos Srs. Deputados que estão reclamando. A informação atual que tenho pode ser uma comunicação inadiável. Agradeço a deferência, porque é importante dizer que o precedente que se abre na Lei de Responsabilidade Fiscal é exatamente a de levantar-se os aposentados, os que faleceram para neste momento em que há um processo de alcance do limite prudencial, tentar fazer essa reposição, tanto para delegado como para escrivães e todos os que fizeram parte desse concurso.

Eu quero apenas ressaltar que há um esforço técnico do governo e há realmente o empenho. Essas contas estão sendo feitas minuciosamente. Ainda esta semana recebi de um grupo de concursados uma lista de situações de funcionários públicos do próprio Estado que estão no concurso e estão mudando de área. Acho que é uma situação possível de ser contemplada, do ponto de vista da compensação.

São situações que estão com a Procuradoria e agora há pouco, Sr. Presidente, tive o cuidado de ligar para a Secretaria da Administração. E quero colocar claramente

que não há uma paralisação, tanto não há que o nosso intuito foi tão seguro e objetivo que...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a está abrindo um precedente grave.

O Sr. Zé Neto:- Estou encerrando, Sr. Presidente. Estou encerrando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não vou negar à Oposição. Eu não vou poder negar à Oposição.

O Sr. Zé Neto:- É uma comunicação inadiável porque foi o tema que foi citado aqui várias vezes...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou dar comunicação inadiável aos outros. Tudo bem.

O Sr. Zé Neto:- ...e eu estou passando uma informação que eu recebi agora do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é comunicação inadiável. É discurso, sobe à tribuna.

V.Ex^a como Líder do Governo, deputado, está abrindo um precedente gravíssimo.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, a comunicação é importante...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não é inadiável.

O Sr. Zé Neto:- ...para trazer um elemento que, hoje, foi o tema da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não é inadiável.

Vá, fale.

O Sr. Zé Neto:- E concluo dizendo que tanto foi objetiva a nossa convicção que foi a primeira vez que o concurso convocou todos os que foram aprovados para fazerem o curso. Dessa forma, todos foram convocados de vez porque há, realmente, por parte do governo o reconhecimento de que é necessário ampliar os quadros e qualificá-los.

Então quero colocar isso para que possamos entender que há um esforço do governo, há um esforço dos deputados, os Srs. Deputados aqui da bancada têm cobrado permanentemente, todos, e vamos fazer um esforço e fazer o que estamos fazendo hoje.

A presença das senhoras e dos senhores é uma presença legítima. E nós vamos fazer aqui o que estiver ao nosso alcance.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não foi uma questão de ordem. Então tenho que também abrir o precedente para o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero lembrar ao deputado Zé Neto que ele esqueceu de citar que o projeto que a Casa irá votar hoje pode resolver o problema dos concursados. O projeto que vai ser votado irá tirar os pensionistas – tanto do

Judiciário, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público – do Executivo e jogar para cada setor. Então o que onerava o Executivo irá para o Judiciário, para o Ministério Público e virá também para a Assembleia. Então com isso se vai baixar o índice e o Estado, se quiser, poderá contratar porque o limite prudencial vai ser baixado.

E quero dizer, Sr. Presidente, que a Oposição fará um gesto pensando, nós não concordamos porque foi posto na LDO que isso seria feito, dividido em três etapas, o governo colocou de imediato para ser de uma vez só. Mas pensando nos concursados, iremos votar contra, mas não iremos obstruir porque temos a convicção de que publicado esse projeto que, com certeza, o governo vai aprovar, se quiser, no outro dia, já pode chamar os concursados. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará a deputado Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, antes de entrar no assunto propriamente dito que me traz de volta a esta tribuna, quero só reafirmar aqui o diálogo que será estabelecido entre o Líder da Bancada de governo deputado Zé Neto e o Líder Sandro Régis e V.Ex^a que também V.Ex^a que levará, como presidente desta Assembleia, o pleito que é de todos nós, e encontraremos, com certeza, com a sensibilidade do governador Rui Costa uma forma de nomear os concursados da Polícia Civil garantindo assim as ações prioritárias em segurança que todos nós queremos.

Nós queremos avaliar os casos. E aqui recebi um breve estudo sobre a situação, mostrando vários artigos, inclusive o art. 22, § 4º, que fala exatamente da possibilidade de admissão quando há aposentadorias, quando há falecimentos.

Eu acho que é preciso dar a todos os que nos acompanham aqui das Galerias, a todos os policiais civis que estão nos ouvindo e a toda sociedade baiana que deseja o chamamento, que deseja policiais civis, que deseja novos policiais militares, mas, sobretudo, esses que passaram no concurso de 2013, que largaram seus empregos. E aí estamos lidando com a esperança de jovens que largaram seus empregos para defender o cidadão, a cidadã.

De forma suprapartidária, vocês já veem várias pessoas da base do governo usando esse adesivo, a manifestação do nosso Líder Zé Neto, do deputado Sandro Régis. Também o que falou o deputado Fabrício, que nós teremos, deputado Robinho, que sensibilizar o governador Rui Costa para encontrarmos os percentuais que permitam a garantia da nomeação. É nisso que acreditamos, é isso que defendemos. O

resto é encontrar a tática para fazer a operação da nomeação, ainda que gradativa, mas numa perspectiva de nomeação imediata. Para garantir não só a prioridade que esse governo sempre teve em saúde, em educação, em segurança pública, mas também garantir que a esperança que todos esses concursados tiveram no futuro, na sua carreira como policial civil, não seja frustrada.

De forma que vocês veem aqui nesta Casa um ambiente favorável para a defesa, tem que ser favorável para o diálogo. Inclusive, quero propor que uma comissão, que já existe, desses concursados possa ter uma audiência com o governador Rui Costa (palmas) junto com os líderes. Porque temos um problema, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial, mas temos uma vontade política, que é a nomeação de todos os concursados. Temos que ouvir os argumentos sendo postos de forma clara, de forma transparente, na mesa com o governador. Tenho certeza que o governador é sensível, porque já esteve sensível a outras negociações com a APLB Sindicato, com o Sindsaúde...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a **FABÍOLA MANSUR**:- Pois não, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero parabenizá-la pelo discurso que está fazendo nesta tarde e, também, pela defesa da nomeação dos concursados. Para contribuir com os argumentos de V.Ex^a, quero apenas repetir aqui o que foi dito pelo Líder Sandro Régis e pelo deputado Adolfo Viana. A votação do projeto que estamos analisando hoje irá excluir do Poder Executivo o passivo daqueles que são aposentados e transferir para os demais poderes, Legislativo e Judiciário, com isso irá desafogar o Estado e ele deixará de estar no limite prudencial. Além disso, ao estar no limite prudencial, não há um impedimento, o argumento não pode ser nenhum desses dois, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal já tem a exceção para essa regra quando se trata de repor e segurança pública.

Agora, gostaria que a deputada Ivana Bastos, como mulher, desse um testemunho ao governador sobre o terror que passou esta noite por conta da violência na Bahia. Talvez o governador, ouvindo a deputada Ivana Bastos – e quero aqui me solidarizar com S.Ex^a pelo que passou esta noite com os demais viajantes daqueles três ônibus que foram assaltados nesta madrugada – se sensibilize e entenda que essa é uma questão que une toda as bancadas, não só a Bancada de Oposição.

Muito obrigado pelo aparte, deputada.

A Sr^a **FABÍOLA MANSUR**:- Deputado Luciano Ribeiro, um deputado sempre atuante e que busca encontrar soluções, é lógico que a ideia é exatamente dialogar com o governador, apresentar esses dados e comprovar que é possível, sim, essa nomeação. E que nós todos desejamos essa nomeação. Obviamente, ao me solidarizar com a deputada Ivana, quero dizer que o combate à violência passa por várias frentes. A

frente que é termos a valorização dos efetivos da Polícia Civil, que discutimos aqui, da Polícia Militar, mas as frentes que começam nas famílias e, sobretudo, na educação. Temos que fazer uma educação que seja inclusiva, uma educação que estimule a igualdade, uma educação que fale de cidadania. Ao contrário do deputado que me antecedeu, respeito as diferenças, mas temos que ter, deputado Fabrício, a responsabilidade num plano estadual de educação, discutido amplamente à luz da Constituição Federal, que garante a igualdade, que garante as diferenças de gênero, que garante o combate ao racismo, a todas as formas de preconceito, o combate ao machismo, ao sexismo. Hoje, aumentam os índices de violência contra a mulher, por exemplo, sabemos que a violência contra a mulher vem de uma educação que não é solidária entre os gêneros.

Não é possível mais aceitar nas famílias quando nasçam as meninas, a elas sejam entregues apenas a possibilidade de ter uma bonequinha, um bebê e usar rosa e que tenham como sonho máximo se casar, como se casamento fosse uma profissão. Enquanto aos homens, deputado Robinho, as ruas, a liberdade. Esses são discursos de gênero que falamos. Também não é possível imaginarmos que não seja a escola o ambiente onde a maior parte das crianças e dos adolescentes passam. Hoje, infelizmente, com a ausência de creches, com a ausência de escolas em tempo integral, com pais e mães tendo que trabalhar, as mães já são em 37% chefes de família, e quem está cuidando das nossas crianças são as ruas.

Temos que ter no plano estadual de educação uma educação que enfrente e que debata sobre gênero, sexualidade e drogas. Não é possível dizermos que ao falarmos sobre drogas nas escolas estejamos estimulando o uso de drogas, isso é um contrassenso. Temos que educar para transformar. Não é possível se achar que quando falamos, deputado Alex da Piatã, nosso presidente da Comissão de Saúde, em sexualidade não estamos querendo educar pedagogicamente, de forma didática, quais são as diferenças, os cuidados que se deve ter. Temos hoje a Bahia com grandes índices de gravidez na adolescência por falta de educação pelos pais e por falta de estarmos enfrentando a educação para o sexo seguro. Isso não quer dizer que estamos estimulando o sexo, isso é um contrassenso, e quem é equilibrado, quem defende um Estado laico não pode admitir, deputado Zé Raimundo.

Tivemos aqui o plano estadual de educação discutido incansavelmente pelo Secretário de Educação, que veio a esta Casa duas vezes; tivemos a discussão das questões de gênero e sexualidade dentro da Comissão da Mulher. Ora, quero perguntar a vocês se alguém já encontrou algum lobisomem por aí para perguntar se ele virou lobisomem porque tinha um relacionamento com outro homem; aliás, se assim o fosse, o deputado que me antecedeu, que se diz ex-gay, já seria ele próprio o lobisomem. Quero também perguntar a todos os queridos amigos de Mata de São João e de tantos

lugares, se eles viram também algum jacaré que também tenha sido de um relacionamento de mulher com mulher.

Então, quero dizer que nós, de forma séria e equilibrada, quando nos elegemos deputadas para a Bahia, nos elegemos para defender e fiscalizar a Constituição, para defender gente que merece ser defendida, para defender uma saúde pública de qualidade, uma educação inclusiva que combata a desigualdade social, que combata o racismo, o machismo, para combater todas as formas de preconceito e discriminação que geram violência. E vocês sabem disso. Temos violência contra a mulher, violência contra gays, contra a comunidade LGBT, e cabe a nós defendermos um Estado laico. Não estou defendendo, sou católica, defendo a liberdade de culto, mas não posso – deputado Bira Corôa, nós que também defendemos as religiões de matizes africanas, defendemos a religião evangélica, a religião espírita – misturar conceitos religiosos que são individuais e que são escolhas individuais, que são escolhas individuais, com a escolha coletiva por um Plano de Educação que foi redigido de forma absolutamente democrática, republicana, ouvindo movimentos sociais, sindicatos, e, à luz da Constituição, debatido nesta Casa.

Enfim, nós queremos as 20 metas da Educação para transformar os cidadãos baianos, mas os cidadãos baianos que queremos: solidários, fraternos, que tenham abertura para o bem. É uma corrente do bem que queremos aqui.

Quero defender a manutenção do Plano Estadual de Educação conforme foi construído por entender que ele é absolutamente democrático, e que também foi debatido. As coisas são construídas através do diálogo. Acreditamos, sonhamos e defendemos porque o Estado é laico e as mulheres não podem ser limitadas pelas questões de gêneros, que são tão importantes. Senão, vamos misturar eternamente o divino com o laico, achando que as mulheres saíram da costela de Adão.

Se alguém saiu de alguém,...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- (...) não foram as mulheres dos homens e, sim, os homens das mulheres, que é o único gênero que vem com gerador próprio, que se chama útero e pare todos os homens. Portanto, não saímos da costela de Adão. Nem homem com homem dá lobisomem, nem mulher com mulher dá jacaré.

Acredito que homens e mulheres dão é cidadania plena quando defendem a Constituição, a democracia e a igualdade entre os gêneros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar

orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos; e no restante do tempo, falará o deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos.

Logo após, o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, a Oposição tem cobrado do governo do Estado diversas ações para o combate à criminalidade e a violência que assola o nosso Estado.

Infelizmente, a criminalidade só tem aumentado. Não vemos uma ação efetiva do governo para diminuir essa violência que afeta a nossa Bahia. Centenas de cidades do interior do Estado não têm uma equipe da Polícia Civil. Enquanto a criminalidade aumenta, o efetivo da Polícia Civil não faz jus a esse crescimento.

Acho que essa questão é muito fácil de resolver, e está nas mãos do governador. Basta ele nomear os concursados aprovados em 2013 para que possam trabalhar em prol da sociedade, exercendo uma segurança pública eficaz para a população. É importante que o governo do Estado nomeie os 800 policiais civis. São homens e mulheres que estão preparados para combater o crime.

Infelizmente, o nosso Estado está a cada dia mais inseguro. Gostaria de que o governo tivesse a sensibilidade de nomear os aprovados no concurso. Mas ele irá alegar que não tem condições financeiras. Ora, eles estão há 10 anos no poder. Se não têm condições financeiras é pela falta de gestão do governo do PT.

Por que não gastar menos em propaganda? É tanta propaganda que vemos nesta Bahia! Em vez disso, por que não investir em segurança e nomear os 800 policiais civis que estão aptos para trabalhar?

Então, fica, aqui, o meu pedido ao governo do Estado para que tenha essa sensibilidade.

Quero, também, no dia de hoje, deputado Fábio Souto, V.Ex^a que também abordou essa questão, abordar mais uma vez o problema do rebaixamento da Ceplac, esta que na sexta-feira passada, através de um decreto sem se ouvir a sociedade, os funcionários e os produtores, foi rebaixada a um mero departamento do Ministério da Agricultura, indo de encontro aos anseios da região e da lavoura cacaueira mais uma vez.

A lavoura cacaueira sempre contribuiu com este Estado. A Ceplac, deputado Fábio Souto, sempre prestou serviços relevantes a este Estado porque tem um trabalho de pesquisa e de extensão. De uma hora para outra, sem analisar e sem conhecer a realidade da lavoura cacaueira, que vem passando por sérias dificuldades...

Justamente quando surge uma luz no fim do túnel, que começa a se ter uma

ascensão, um desenvolvimento da Região Cacaueira, com preços bons, com produção desejável, produção de chocolate fino e chocolate *gourmet* – já voltamos a exportar cacau, deputado Fábio Souto –, o governo vai na contramão da Região Cacaueira e publica esse decreto, colocando a Ceplac como um mero departamento do Ministério da Agricultura.

Quero fazer um apelo à Bancada do governo, aos deputados governistas – soube que amanhã a presidente Dilma Rousseff estará aqui, na Bahia – para que se reúnam com a presidente Dilma Rousseff e mostrem o equívoco do que o governo do PT está fazendo com a Região Cacaueira.

Quero dizer que a Região Cacaueira está sofrendo tanto com o governo do PT como sofre, e sofreu, com a vassoura de bruxa. Está na hora desse governo consertar o erro e anular esse decreto.

Fica o meu pedido aos deputados do governo para que conversem com ela e sensibilizem a presidente Dilma Rousseff, para que admita seu erro e anule esse decreto que fere de morte a Região Cacaueira e a Ceplac.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, acabo de fazer uma permuta com o deputado Alan Sanches, que falará em meu lugar.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, demais presentes a esta sessão, acompanhei os diversos discursos dos deputados de ambos os lados e observei que estamos todos aqui, nesta Assembleia, pelo que me parece, ao lado de vocês.

Mas quero saber se esta Casa será independente para forçar o governador do Estado a chamar todos vocês, ou simplesmente fará jogo de cena para agradá-los. Tenho certeza de que a minha Bancada, Bancada da Oposição, estará firme aqui. E após essa aprovação, porque está em curso aqui um acordo...

Estamos dispostos a votar favoravelmente a esse projeto do governo por causa de vocês. Abriremos mão de qualquer tipo de obstrução porque queremos abrir espaço para a nomeação dos servidores, dos policiais de que o Estado precisa.

Quero saber também se todas as Bancadas desta Casa, as duas Bancadas, estarão com vocês? Você poderão acompanhar isso.

Porque é bacana, gente, a palavra. O microfone aceita tudo, mas vamos esperar as ações de todos nós.

O Sr. Robinho:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Concedo o aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho:- Muito obrigado pelo aparte, deputado Alan Sanches.

Estou vendo, como V.Ex^a disse, que todos os deputados estão favoráveis à nomeação. Vamos pedir à Base do governo que sente com o governador e, dentro de um prazo bem curto, marque a data para nomear, porque estou vendo todos os deputados da Base do governo aqui com o adesivo pregado no peito. Vamos honrar o coração e o peito de cada um. E que o deputado Zé Neto e o deputado Rosemberg façam a comissão, sentem com o governador e tragam um prazo bem curto, porque eles urgem na pressa.

O Sr. ALAN SANCHES:- Agradeço. Está incorporado o seu aparte. Então, acho que a nomeação de vocês é uma questão de dias. Não é nem de meses, nem de semanas, tenho certeza disso, e contaremos com o deputado Robinho e a sua Bancada.

Deputado, vi uma propaganda fantástica espalhada em Salvador, no Estado da Bahia, falando do HGE 2. O HGE 2 era para ter sido inaugurado em abril do ano passado, faz um ano. Há a propaganda e depois de um ano o HGE 2 ainda não funciona. Venho batendo nisto: precisamos melhorar o acesso à saúde da nossa população. De que forma mais de 2 mil funcionários trabalharão nesse HGE 2? É concurso público? Não! É outro trem da alegria? É o que parece, porque até agora não sabemos a forma de contratação de mais de duas mil pessoas que trabalharão no HGE 2. Será de que forma? Terceirizada? REDA? Isso é para nomear. Para utilizarem isso em eleição, em permuta, em alguma coisa. Isso não está claro, mas vamos ficar no pé disso.

Uma coisa que me deixou extremamente triste – triste mesmo – foi saber da falta de sensibilidade do Sr. Governador Rui Costa com relação ao mutirão para fazer cirurgia de catarata na cidade de Juazeiro, em novembro. É uma coisa simples – para que V.Ex^{as} tenham precisão e conhecimento, demora de 5 a 20 minutos, do mais hábil ao menos hábil cirurgião. A cirurgia dura 5 a 20 minutos, e o que aconteceu? Deixaram sequelados. Existem dezenas de pessoas lá que estão cegas. As pessoas estavam vendo uma nuvenzinha no olho e, de repente...

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Não poderei conceder o aparte, deputada. V.Ex^a teve 11 minutos e não tocou neste assunto. Infelizmente, só tenho 1 minuto. Gostaria de conceder-lhe um aparte, mas, neste momento, não poderei. V.Ex^a conhece até demais isso.

(...) o que aconteceu? Já foi noticiado na imprensa, em todos os meios de comunicação, mas, infelizmente, mais uma vez, o governador do Estado não prioriza. Inaugura, agora, novos setores de bioimagem, apresenta como se fossem grandes

avanços, mas deixa pessoas cegas. As pessoas estão sem poder viver. Estão prejudicando as suas famílias, não só as pessoas. O que é que esperávamos? Que se desse prioridade. E o que aconteceu? O governador do Estado disse que no dia 9 de maio – hoje é 5 de abril – encaminhará uma equipe da Sesab para fazer essa reavaliação, isso se não for suspenso. Pelo amor de Deus, quero saber se fosse a avó do governador, a tia do governador, se ele deixaria essas pessoas moribundas desse jeito, sem dar continuidade à sua vida.

Mas isso é o que podemos, infelizmente, esperar de um governador insensível, que não olha pela sua comunidade, pelo seu Estado e pelo seu País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, a deputada Luiza Maia falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não vai ter golpe!

Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias, faço minhas as palavras da deputada Fabíola Mansur em relação à discussão da nomeação dos concursados. Não entrarei no debate da Oposição, que precisa realmente ter um assunto para fazer os ataques que tem feito ao nosso governo, que tem um reconhecimento muito grande da população baiana e que tem trabalhado muito em prol de todas as áreas: educação... Agora, cadê o deputado Pedro Tavares? Não vamos minimizar a nossa inteligência. A nomeação dos concursados da Polícia Civil vai resolver os problemas da segurança pública? Vocês acreditam nisso? Claro que não.

Vocês sabem que sou solidária, estou junto com vocês, mas vamos fazer um debate sério, e não aproveitar uma situação de dificuldades. Acho que vocês precisam, imediatamente, ter resolvida essa situação. Quero registrar isso mais uma vez.

Voltei à tribuna, presidente, para dizer ao deputado Pastor Sargento Isidório que não dá para ser dessa forma. Essa é a uma Casa política, e subir à tribuna para fazer um discurso tão machista, deputada Fabíola Mansur, tão confuso, tão atrapalhado, nos ajuda em quê? Acho que a repressão que a mulher sofreu na sua sexualidade desde sempre não pode ser reforçada, e as mulheres e as deputadas desta Casa precisam se posicionar contra a reação, a coisa feia, a homofobia.... Nem tenho mais palavras para classificar o discurso do deputado Pastor Sargento Isidório. Esse seu sexismo e essa sua raiva chegam às raias da misoginia. Não sei qual é o problema.

Ele faz um discurso engraçado, brinca que é ex-gay, mas, no fundo, é um discurso reacionário, de repressão, e repressão, principalmente, à sexualidade da mulher. Estivemos a vinda inteira reprimidas, e a mulher, hoje, debate isso. Entendendo essa confusão que ele tem feito, deputado Bira Corôa, apresentei um projeto. Caso caia do nosso plano estadual de educação, o debate da sexualidade de gênero nas escolas é uma necessidade para a vida das mulheres.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Com o aparte do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Luiza Maia, uso o aparte para parabenizá-la pela defesa e discussão do plano. A discussão do plano tem o viés científico, do conhecimento e da formação da concepção da sociedade. Não tem a finalidade de desenvolver a sexualidade. O processo é diferente dessa linha pejorativa que vem sendo implementada.

Gostaria de ver esse discurso inflamado, contrário ao plano estadual de educação e do avanço da discussão de gênero e sexualidade, no combate à homofobia, no combate, acima de tudo, à pedofilia que ora tem crescido no nosso Estado e nos setores sociais da nossa cidade do Salvador e de todo o Estado. Aí, sim, estaremos corrigindo distorções e produzindo, acima de tudo, uma sociedade livre dos tabus, segura, informada em cima de princípios, e não de palavras soltas, de chamadas pejorativas e discursos muito mais midiáticos do que no contexto da educação.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado Bira Corôa. Incorporo o seu aparte ao meu discurso.

E não é só isso. Acho que os homens desta Casa precisam reagir ao discurso do deputado Pastor Sargento Isidório, pois é um discurso torto, cheio de falsas polêmicas. Inventaram agora a ideologia de gênero para dizer que as escolas, implantando o debate de gênero, vai ensinar aos meninos a serem gays e às meninas a serem lésbicas. Isso é um desrespeito às mulheres. São essas práticas e a reprodução desse discurso reacionário, machista e sexista que leva, por exemplo, aos ataques que a nossa presidente tem sofrido.

Acho, deputada Maria del Carmen, que temos de reagir. Não podemos deixar que o discurso torto, homofóbico, reacionário do deputado Pastor Sargento Isidório crie asas nesta Casa e se consolide.

Ele diz, na justificativa da sua emenda, que:

(Lê): “A educação na Bahia ainda tem muito o que progredir, para que indiretamente se faça apologia a homossexualidade, um governo sério jamais permitiria sua Secretaria que é para ser de Educação se debruçar em assuntos desnecessários para o quadro, inclusive, de crises quando se há tantos temas relevantes a se discutir.”

Ou seja, diminui a importância desse debate, propõe um retrocesso com essa história do pátrio poder, de que a mulher teria de ser subordinada ao homem, e é uma coisa que nós, mulheres, não podemos aceitar.

Acredito que a vida da mulher no Brasil avançou muito, a liberdade sexual... Temos de reconhecer os avanços. Há 80 anos não tínhamos o direito de escolher marido, não tínhamos o direito de estudar, não tínhamos o direito de votar! Quando vemos a realidade, hoje, acredito que avançamos, mas não podemos aceitar, na hora de um salto de qualidade na nossa educação, na nossa escola, essa confusão que o deputado Isidório faz, inclusive envolvendo a religião.

Acredito que ele deveria até respeitar as pessoas que não têm religião, as pessoas que não acreditam em nada, além da matéria, em suas vidas. Não pode ser dessa forma! A sociedade é uma realidade.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu lhe darei um aparte, deputado.

A sociedade é uma realidade, e nós não podemos, como deputados e representantes do povo, agredir a nossa Constituição, que é muito clara.

O deputado Isidório sobe a esta tribuna o tempo todo com a Bíblia na mão, mas ele quer negar a Constituição brasileira, que diz que todos têm direitos iguais, independentemente de cor, religião, opção sexual e de toda e qualquer outra questão.

Concedo um aparte ao deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Minha cara e nobre deputada, parablenzo-a pela defesa que V.Ex^a, permanentemente, faz da mulher, da sua independência. Agora, quero discordar de V.Ex^a. Não acredito que haja, neste País, qualquer discriminação contra a mulher. A tudo o que for em benefício da mulher, eu vou apor a minha assinatura! Se tiver uma doença que vai exterminar as mulheres, eu quero morrer junto com elas.

Agora, num País em que as estatísticas mostram que a mulher vive 7 anos e meio mais do que o homem e não obstante se aposenta 5 anos mais nova. Ela goza da aposentadoria 12 anos e meio a mais do que o homem! Num País em que uma mulher, uma guerrilheira, uma ex-presidiária, é a presidenta da República – com todo mérito –, não pode haver discriminação! Discriminação contra a mulher, aqui não há!

Nós temos vergonha, nós, homens, pela forma como nos criamos, de saber, de contar que vimos uma mulher ser maltratada, ser castigada, e que nós não interferimos em sua defesa!

Então, num País que tem a delegacia da mulher, onde o homem, certamente, encontrará um ambiente hostil, não há nenhuma discriminação contra a mulher. Pelo contrário, há privilégio, pois elas merecem mesmo. Eu sou a favor das mulheres! Agora, discriminação contra a mulher, não há!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Existe muita discriminação, deputado.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Elas, muitas vezes, são castigadas e levam a desvantagem de não terem nenhum curso de defesa pessoal, de serem mais fracas fisicamente. Elas sofrem com os maus-tratos, mas aqui não há nenhuma discriminação contra a mulher nem deverá haver.

Muito obrigado, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, mas não o incorporo ao meu discurso.

Acredito que V.Ex^a não está lendo as estatísticas. As mulheres, no Brasil, ainda são discriminadas! Somos desrespeitadas! O que está se fazendo com a presidenta Dilma neste País é o quê? Se fosse um presidente, eles iriam usar os argumentos que usam? Então, o machismo, deputado... A gente não desconstrói uma cultura machista de 500 anos com o discurso ou com a vontade da gente. A realidade é essa! A gente não pode querer que o nosso desejo, a nossa vontade, a nossa religião ou a nossa ideia seja a realidade!

Existem outras formas de família no Brasil e no mundo! Agora, por essas pessoas terem outra opção de família, elas serão discriminadas ou desrespeitadas? Dizer que não existe preconceito e discriminação no Brasil, eu acho que é o senhor querer negar uma realidade que está na cara de todo mundo! Não é possível isso!

Lembro-me, quando apresentamos o projeto da Lei Antibaixaria, das reações que houve. Dizer que não tem nada a ver, que não tem nada disso... Então, aquilo ali também é um tipo de violência simbólica, que ajuda, na cabeça da sociedade, a consolidar e a banalizar a violência contra a mulher. Dizer que não existe violência contra a mulher e violência doméstica só porque temos delegacias da mulher também não está correto.

O que nós precisamos é ampliar o número de DEAMs para que a Lei Maria da Penha – que considero, hoje, o principal instrumento que as mulheres têm para combater a violência doméstica – seja realmente efetivada.

Acho que outros temas e outras questões... O senhor colocou essa história da aposentadoria. Sabemos que a mulher veio para o mercado de trabalho, rompeu aquela história de ficar dentro de casa cuidando do doméstico, cuidando do privado, mas não se resolveu o problema da jornada de trabalho.

Então não é correto ser contra a mulher se aposentar primeiro do que o homem. Os que são contra alegam que isso não é igualdade, já que não há mais preconceito nem discriminação. Tem, sim. Eu acho que está corrento, porque o trabalho doméstico é o trabalho mais pesado que existe. Você acorda, faz o café, limpa a casa, lava o prato, depois tem de fazer o almoço. E tudo isso não lhe acrescenta nada, não desenvolve a sua intelectualidade em nada, só faz você se estafar individual e fisicamente.

Então quero aqui deixar registrado o meu repúdio ao discurso do deputado Isidório. E faço um apelo às 7 mulheres deste Poder – como a gente diz, esta é uma Casa que só tem 7 mulheres, mas nós temos consciência da nossa responsabilidade e do que representamos para este Estado em relação à defesa dos nossos direitos – para que a gente reaja e que as ideias absurdas, machistas, homofóbicas e discriminatórias do deputado Isidório não se propaguem nem se consolidem aqui.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos aparteantes.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Dentro do meu tempo da questão de ordem, quero dizer que o desafio foi lançado. A Oposição vota o projeto do governo, proposição que vai aliviar, desonerar a folha de pagamento, caindo por terra a alegação do governo de que faltam recursos para contemplar a contratação dos novos servidores. O Líder Sandro Régis chama atenção para o fato de que o governo alega o limite prudencial. Ora, com essa desoneração da folha ele pode perfeitamente contratar os 800 policiais civis, já que esta é a alegação do governo para a não contratação.

O governo vinha com esse discurso para justificar a não contratação dos novos policiais, que passaram por todas as etapas e agora só estão esperando a convocação para começar a trabalhar. Então, meu caro deputado Zé Neto, acho que o Líder Sandro Régis vai fazer o pronunciamento oficial em nome da Bancada, mas nós já estamos antecipando qual é o posicionamento da Bancada da Oposição: votar favoravelmente ao projeto do Executivo, desde quando o governo se comprometa, de imediato, a absorver os 800 policiais.

A gente sabe que o governo do Partido dos Trabalhadores não cumpre acordo. Obviamente não é o único governante que não cumpre acordo, mas o Partido dos Trabalhadores tem se notabilizado por não cumprir acordo, isso tem sido uma prática.

E quero dizer à deputada Luiza Maia que eu não entendi bem quando ela diz que depois da lista da Odebrecht a Oposição parou de falar, parou de debater. Quero pedir à deputada que ela seja mais explícita, mais concisa, que ela venha aclarar a esta Casa qual é o problema. Nós da Oposição continuamos aqui a usar a palavra, a nos manifestar.

Se a Oposição, na Câmara dos Deputados, está sendo tolhida pela forma voraz, estúpida e escusa de comprar parlamentares... Essa é a prática, esse é o fisiologismo que o governo está impondo lá. Enquanto tiver parlamentar disposto a se vender e um governo corrupto disposto a comprar, essa vai ser uma prática histórica na política

nacional.

O Partido dos Trabalhadores, que sempre combateu esse tipo de prática, ou seja, o fisiologismo na política, que se elegeu com o discurso da ética e da moralidade, hoje está com um balcão de negócios na Câmara Federal, atacando no varejo, a oferecer benesses a esse ou àquele parlamentar. Infelizmente, esses são os ditos representantes do povo, que em praça pública alegam que vão defender o povo, que têm compromisso com a saúde, com a educação, mas quando chegam ao poder o compromisso é com as suas necessidades pessoais, não com os interesses da população brasileira.

Repito, a deputada Luiza Maia tem de ser mais clara e dizer quem é que está nessa famosa lista da Odebrecht e se calou, não fala mais sobre a questão do *impeachment*. Obviamente que o governo avança à medida que a oposição dá sinais de cansaço, porque o *impeachment* só vai acontecer se o povo for para as ruas, se o povo realmente exigir que ocorra. Mas com o povo em casa apenas trabalhando nas redes sociais, não vai acontecer. Essa é a minha opinião.

Quero pedir ao Sr. Presidente da sessão neste momento, deputado Fabrício Falcão, que por favor proceda à verificação de quórum para a continuidade dos trabalhos. Estamos em uma sessão muito importante na qual discutimos projetos importantes e buscamos fazer com que o governo seja sensível aos seus compromissos, e assim os policiais sejam incorporados à folha de pagamento e comecem a trabalhar.

Ainda tenho 25 segundos para formular a minha questão de ordem, que se baseia em um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Fabrício, eu quero pedir a V.Ex^a nesta questão de ordem que zerem o painel e marquem os 25 minutos para que possamos ter no Plenário, o mais rapidamente possível, a presença dos nossos deputados para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^a será atendida.

Zerem o painel. Convido todos os deputados a se fazerem presentes para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de reafirmar aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas a necessidade de se fazerem presentes ao Plenário para assegurarmos a continuidade da presente sessão, tendo em vista que temos assuntos estratégicos e importantes para a sociedade baiana e para o governo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para, primeiro, parabenizar os policiais concursados da nossa Polícia Civil, saudando e destacando a representação do Sindpoc

pelo trabalho, pela presença e, acima de tudo, pela coerência como essa entidade tem conduzido as suas lutas no nosso Estado. Faço essa saudação nas pessoas do presidente Marcos e de toda a diretoria e quero destacar o nosso apoio ao ingresso dos policiais na corporação, na qual poderão contribuir para a melhoria dos serviços da Segurança Pública na Bahia.

E é necessário, Sr. Presidente, destacar a importância da presença neste Plenário dos deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes e nos corredores atendendo as demandas do mandato, para assim assegurarmos o quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Srs. Deputados que estão no cafezinho, na Biblioteca ou nos seus gabinetes recebendo prefeitos, vereadores e lideranças, convoco a todos para que compareçam ao Plenário para darmos continuidade à sessão.

(Verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- O quórum foi restabelecido.

Há sobre a Mesa um Requerimento:

(Lê): *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

Sala das Sessões, 05 de abril de 2016.”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Adolfo Viana falará pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Prisco, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, concursados da Polícia Civil, jornalistas, telespectadores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo, inicialmente, pela postura adotada em relação ao projeto que votaremos hoje. Esse projeto desonerará a folha e ajudará o governo do Estado a nomear os policiais civis que prestaram concurso em 2013. Esse gesto demonstra o compromisso com o nosso Estado e a responsabilidade que a nossa Bancada da Oposição tem com os cidadãos do Estado da Bahia.

Aqui me antecedeu uma deputada que provocou as sete mulheres que compõem esta Casa para que elas defendessem o sexo feminino. Quero alertar às mulheres, principalmente à deputada Luiza Maia: foram 2.818 estupros no ano de 2015, e o

governo de V.Ex^a faz ouvidos de mercador para a nomeação dos 800 policiais civis no Estado da Bahia.

A pauta a ser discutida nesta Assembleia Legislativa deve ser exclusivamente a nomeação para a Polícia Civil, porque homens e mulheres de bem estão sendo assassinados diariamente em nosso Estado. Já foram 23 homicídios, deputado Robinho, em apenas 4 dias do mês de abril.

Mas os deputados do Partido dos Trabalhadores sobem a esta tribuna e dizem que queremos dar um golpe na presidente Dilma. Vamos defender o que temos o dever e a obrigação, que é a segurança pública do nosso Estado, porque, se for para falar de golpe, a presidente Dilma deu um golpe nos brasileiros quando na campanha disse que a energia ficaria mais barata, que o preço dos combustíveis não subiria. Ela enganou o povo brasileiro. Naquele momento houve um golpe para que a presidente Dilma fosse eleita.

Mas quem votará o *impeachment* são os deputados federais e os senadores da República. Nós, daqui, não daremos voto algum para o *impeachment*, mas temos as condições de defender a segurança pública do nosso Estado. Esse tipo de mensagem chegará até o ouvido do governador e a nomeação vai sair.

Até porque, deputado Bira, quem costuma influenciar nas nossas decisões são os deputados federais e senadores, líderes dos nossos partidos. Não somos nós que influenciaremos nos votos que eles darão no processo do *impeachment*. Até porque, a população brasileira já está cobrando de cada representante no Congresso Nacional a postura que entendem que eles devem adotar.

Os cidadãos do Estado da Bahia, deputado Zé Neto, estão cobrando desta Assembleia Legislativa, estão cobrando destes 63 parlamentares.

Vejo aqui o deputado Bira Corôa, do PT, um guerreiro, um lutador, um deputado sério, um deputado responsável, comprometido com as suas responsabilidades, chamando a atenção do governador. Vejo o deputado Fabrício Falcão, do PCdoB, também dizendo que a nomeação é uma necessidade imediata. Vejo a deputada Luiza Maia, do PT, com esse adesivo colado no peito.

O que precisamos, deputado Robinho, V.Ex^a também do PP, Partido da Base do governo, já se manifestou favoravelmente a essa causa, o que precisamos é ir ao governador, pedir que ele cumpra com a palavra dele. O governador deu a palavra de que após o Carnaval nomearia os policiais civis do Estado da Bahia, justamente porque ele compreendeu que era uma necessidade.

O deputado Zé Neto foi muito feliz quando colocou desta tribuna que nunca antes se botou tantos policiais na Academia de Polícia. Ora, se botou é porque a necessidade é grande e é imediata.

Então, não adianta ficarmos aqui apenas no discurso político, temos que ir ao

governador do Estado da Bahia exigir que ele cumpra com a sua palavra. Ele falou em uma coletiva de imprensa que após o Carnaval nomearia. No meu entendimento, após o Carnaval seria final de fevereiro e início de março no mais tardar, já estamos em abril.

Enquanto isso, centenas de baianos estão recebendo tiros nas ruas. Mulheres sendo estupradas, o comércio sendo assaltado, ou seja, ou esta Assembleia Legislativa chama a responsabilidade para si e defende o interesse dos baianos, deputado Rosemberg, ou vamos virar aqui um Poder apequenado que não levanta a sua voz quando a sociedade do Estado da Bahia provoca.

Então as responsabilidades estão aí, está na mão de cada parlamentar que compõe esta Assembleia Legislativa, tenho certeza, deputado Zé Neto, que V.Ex^a, como Líder do Governo, não ficará parado. Concluirei, Sr. Presidente, parabenizando mais uma vez o deputado Sandro Régis pela iniciativa que teve hoje em votar favorável a esse projeto, justamente para que o governo...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- ...tenha a condição de nomear imediatamente os policiais civis do Estado da Bahia, sem mais, deputado Zé Neto, embromação, sem mais empurrar a sociedade com a barriga, sem mais fazer ouvido de mercador. Nós queremos a nomeação já, imediata, pelo bem da Bahia, pelo bem dos baianos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais parlamentares, concursados ainda não nomeados, infelizmente, pelo governo do Estado, boa tarde a todos, que a graça e a glória de Deus estejam com todos nós!

Fico aqui a me perguntar se fosse alguns anos atrás, alguns deputados aqui que dizem ser sindicalistas ficariam tão impassíveis diante de uma situação como esta, o que fariam agora com o governo do Estado. Entre o discurso e a prática uma mudança totalmente diferenciada.

Vemos pessoas que fizeram o concurso, passaram, foram para a Academia e tiveram uma falsa promessa do governador do Estado que foi a público e disse que logo após o Carnaval seriam nomeados. Primeiro foi a luta para fazer a Academia, tamanha a irresponsabilidade desse governo. Depois dessa luta, fazem a Academia toda e não são nomeados, prova mais uma vez a irresponsabilidade desse governo que vive da propaganda e da enganação à população da Bahia. Níveis de violência com números absurdos jamais vistos neste Estado. E qual a preocupação do Estado? Zero,

nenhuma. Simplesmente não nomeia, coloca a questão do limite prudencial, que não cabe para a Segurança Pública, é uma desculpa também esfarrapada e mentirosa para enganar a população.

Na sexta-feira, agora, inclusive, seria a formatura dos novos soldados da Polícia, que, de forma absurda e arbitrária, informa hoje aos familiares, que já tinham se preparado para a formatura, sexta-feira, e muitos tinham viajado para as respectivas cidades onde está havendo os cursos de formação, que havia mudado a data para o dia 27 de abril. De forma irresponsável, a brincar com a vida dessas pessoas que estavam prestes a se formar, e não vão poder ir para as ruas porque, simplesmente, o Estado falou que só vai formar no dia 27. Após encerrar o curso de nove meses vão ter que fazer dez meses de curso, e não vão receber salário por isso, mas como soldado.

Essa é a propaganda desse governo mentiroso, que vive o tempo todo mentindo, enganando a população, que vai para a televisão e diz que está preocupado com a segurança pública dos baianos. Qual é a preocupação deste governo? Nenhuma, simplesmente. Os dados estão aí, já foram falados aqui por vários deputados. A violência está nas ruas. Por mais que o governo tente enganar, ludibriar a população, os homicídios estão alcançando números absurdos! Todo mundo está vendo que ninguém consegue sair de suas casas hoje. Em cidades do interior que eram pacatas, simplesmente a violência está tomando conta. Estive em Feira de Santana, nobre deputado Carlos Geilson, semana passada, onde V.Ex^a até manteve contato comigo, e lá estão registrados 68 homicídios até agora, dia 5 de abril, em três meses em uma cidade como aquela. Vitória da Conquista alcança quase 54 homicídios. Salvador, nem se fala!, a média de homicídios no final de semana é de 26, 29, chegando a 34 no último final de semana! E qual a preocupação do governo, tanto com a Polícia Civil quanto com a Polícia Militar? Nenhuma, vai empurrando com a barriga, vai inventando desculpa do limite prudencial para passar à população uma falsa explicação, por falta de conhecimento da própria lei. Porque para a Segurança Pública não cabe esse questionamento. Isso é desculpa esfarrapada, isso é de quem praticou estelionato eleitoral na campanha e disse para a população que iria melhorar.

O efetivo da Polícia Militar é de 30 mil homens. Agora, no final de abril, vão sair cerca de 3.500, e o governo não consegue chamar nem 1.000 agora dos que estão formados, que iriam formar sexta-feira. Disse, antes do Carnaval, que ia fazer concurso logo no primeiro trimestre para 2.000 policiais. Esse concurso também não existe mais. Que iria nomear os policiais civis, que estão há 20 anos sem concurso, e a categoria está simplesmente, quase toda ela, na média de idade de 50 anos para cima, faltando especificamente policiais civis na corporação.

O processo de investigação é quase zero no Estado hoje. Há 88 cidades sem delegados de polícia. Então, a preocupação do Estado é nenhuma, só a de ir para a

televisão gastar R\$ 28 milhões até agora em propaganda e R\$ 22 milhões em Segurança Pública. Então, esse é um governo irresponsável que não trata a população, que não vê o sangue da população baiana que está sendo derramado todos os dias nas periferias. E as pessoas que estão aqui prontas para serem nomeadas e para combater isso, dedicar a sua vida ao próximo, esse governo não tem preocupação nenhuma com isso, porque está preocupado apenas com a segurança dele e também com a eleição dele, porque vai ter eleição para prefeito e gasta muito mais em propaganda de encosta e do metrô e de algo que não foi feito, foi feito muito antes, do que naquilo que deveria realmente fazer que é a nomeação dos policiais civis do Estado da Bahia.

Assim, quero aqui cobrar, como foi muito bem colocado pelo deputado Robinho, que a Casa, tanto a Oposição quanto a Situação, porque não é uma questão partidária, se responsabilize, que cobre do governador essa nomeação imediata dos policiais civis já concursados.

Muito obrigado. (Palmas nas galerias)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falarão, pelo tempo de 6 minutos o deputado Zé Raimundo e por 5 minutos o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, no lugar do deputado Rosemberg Pinto falará o deputado Zó.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, gostaria de voltar a esse tema do debate nacional da crise e também sobre a questão da educação, do Plano Estadual da Educação. Ouvimos aqui o deputado Pastor Sargento Isidório e a nobre deputada Fabíola Mansur. E como educador, eu tive a oportunidade de militar muitos anos na formação de professores, e acho que esse tema mereça ser relativizado, porque se trata de um plano nacional, são 2 itens que tratam da orientação geral dos conteúdos, e a nosso ver não podemos dar uma ênfase a esses 2 itens quando, na verdade, a ideia do plano, é trabalharmos com as grandes variáveis, é com a exclusão da criança e do adolescente, é com o ensino profissionalizante.

O foco dos planos nacional e estadual é com a valorização dos profissionais da educação, é com a atualização do tempo da escola com o tempo do mundo, com o tempo das novas tecnologias. Ou seja, é um programa abrangente. E, evidentemente, tocando no aspecto da diversidade, a questão é: a educação, escola formal, vai ficar de

fora, por exemplo, do debate da internet, das novas mídias, das novas tecnologias? Porque, na verdade, como dizia uma autora outro dia, ser mãe hoje é padecer na internet. Ser pai de família também é padecer na internet, porque as novas mídias, infelizmente e felizmente, também, fazem parte do cotidiano das crianças de 2, 3, 4, 5 anos, com um nível de comunicação muito forte.

Portanto, é ter tranquilidade e ver a formulação, porque acredito que ninguém queira tocar nos valores de cada grupo social, de cada representação legítima nesta Casa. Mas o foco é o sistema educacional brasileiro. É isso que estamos debatendo, Sr. Presidente. Por isso, voltarei oportunamente a esse debate.

A outra questão é sobre a crise. Ouvi aqui, até espantado, alguns colegas querendo dizer agora que a presidenta Dilma deu um golpe eleitoral. É simples, é só olhar o *Houaiss* e ver o conceito de golpe. Não precisa ver o Bobbio, dicionário de ciência política. Não precisa, porque lá a caracterização é mais ampla. Mas golpe é algo que você faz à revelia dos atores participantes. Golpe é algo invisível, imprevisível, que não estava na agenda, não está dentro da normalidade. E quando dizemos que, efetivamente, trata-se de um golpe, é porque os crimes da Presidência da República estão previstos pela Lei nº 1.079, de 1950, que regulamentou o art. 89 da Constituição de 1946.

E esses mesmos indicadores de comportamentos, sejam aqueles constantes do art. 89 da Constituição de 1946, sejam os constantes na Lei nº 1.079, de 1950, estão também na Constituição de 1988, art. 85, e lá não está previsto nenhum dos tipos de crime que estão sendo atribuídos à presidenta Dilma, mesmo porque a questão do Orçamento, a Lei Orçamentária de 2015 nem sequer foi apreciada pelo Congresso Nacional, não foi ainda apreciada a prestação das contas do ano passado da presidenta.

Portanto, trata-se de uma estratégia discursiva para querer imputar à presidenta Dilma uma conduta que ela não teve. E se houvera, em relação ao Orçamento de 2015, algum comportamento inadequado, sobretudo na questão orçamentária, o Congresso Nacional aprovou a questão do superávit primário e dos índices que poderiam levar a presidenta da República a cometer alguma coisa pela qual o Congresso achasse que rompeu a Lei Orçamentária de 2015.

Por isso, é muito importante que se deixe claro: trata-se de uma tentativa, efetivamente, de golpe. E, mesmo discordando de que os supremos representantes do Judiciário, os ministros que estão no Supremo, e portanto são superiores do ponto de vista da hierarquia jurídica, estejam se pronunciando publicamente, a não ser em questão teórica, doutrinária e de princípios, ontem, o ministro Marco Aurélio Mello deixou, realmente, muito claro que, se houver uma imputação do *impeachment* à presidente Dilma que não esteja qualificada pela própria Lei do *Impeachment*, cabe, sim, ao Supremo corrigir o que se trataria efetivamente de uma ruptura com as normas

constitucionais.

O golpe quem está tentando dar é uma Direita conservadora que não tolera as relações democráticas neste País. Tenho a convicção de que o povo brasileiro está muito claro e sinalizando que não vai aceitar o golpe contra a presidente da República.

Essa balela de que ela deu o golpe nas eleições, pelo amor de Deus! Isso não se sustenta em nenhuma análise de discurso, em nenhum campo semântico, seja sociológico, político, antropológico.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, concursados da Polícia Civil, toda vez que se fala neste Plenário na minha cidade de Juazeiro tenho de me manifestar, principalmente se é um fato que preocupa quando e como está sendo divulgado, porque o resultado disso pode ser prejudicial a um programa que vem fazendo sucesso.

Quero falar sobre o discurso do deputado Alan Sanches, médico que talvez tenha mais autoridade pra falar de saúde do que eu, mas sobre Juazeiro talvez não tenha, porque lá acompanhei o processo do programa de cirurgias de catarata. Estive presente em boa parte dele, e ele teria que ser parabenizado.

Aqui, quando parabenizamos a luta do deputado Adolfo Viana pela nomeação dos concursados, também o deputado Alan Sanches deveria parabenizar o programa de saúde feito no combate à catarata, porque foram 1.713 cirurgias e 4.000 consultas. Entre essas - aprendi até o nome para quem é médico -, 33 intercorrências. Isso dá exatamente 1.7. O que preconiza para a Organização Mundial de Saúde de 2 a 4% de tolerância, lá está em 1.7. E aí, quando se divulga o assunto na TV e mídia brasileiras, boa parte delas tem tendência a divulgar coisa negativa!

Quando passa uma matéria daquelas, deputado Rosemberg, me preocupa porque a partir do dia 15 tem o mesmo programa em Paulo Afonso. E do dia 24, em Teixeira de Freitas. Pergunte às populações dessas duas cidades se querem, porque em Juazeiro, se tiver de novo, a gente quer. Foi atendido Juazeiro, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso - toda aquela região. Mas aí tem um problema desses!

Os 33 que já passaram por revisão no Hospital Regional, todos eles saíram da cirurgia com o colírio. E essa revisão foi feita 24 horas depois, um serviço de primeira linha! Mas para alguns é preciso que não se fique divulgando esse tipo de coisa, porque as pessoas que precisam das cirurgias de catarata em Paulo Afonso e Teixeira de Freitas - como a TV tem um grande poder de manipulação, o que temos visto na

política -, representam uma demanda reprimida. Afinal, só fizeram esses mutirões os governos Wagner e o governo Rui.

Nunca foi feito algo assim antes, talvez porque, se tivesse sido feito antes, não houvesse mais de 1.700 cirurgias só na região de Juazeiro. É aquela história do Minha Casa Minha Vida: por isso, precisa de muita casa. Ninguém nunca deu casa, só foi Lula e Dilma!

Então, essas questões têm de ser ditas, porque senão daqui a pouco a população está correndo para não fazer a cirurgia de catarata. Fará igual a na época da vacina da febre do rato, quando era preciso pegar o povo na tora para poder vacinar, porque as pessoas tinham medo de a vacina matá-las. Esses detalhes realmente precisam ser ditos de forma clara e transparente, do jeito que eu falo na minha região, e a população entende a divulgação correta.

Aí, quero parabenizar o governador, o secretário Fábio Vilas-Boas, a sua equipe, a empresa que fez, porque são 1.713 cirurgias, com 33 intercorrências, gente! É 1.7! O deputado Alan Sanches é médico ortopedista, não é? Na ortopedia também tem intercorrências. Em todos os setores da medicina há problemas quando se faz cirurgia. Aí, é 1.7, está dentro do que preconiza a Organização Mundial da Saúde, abaixo até.

Então é preciso a gente reconhecer isso da mesma forma que eu reconheço a luta e a importância da defesa da Oposição pela nomeação dos concursados. Agora, reconhecer esse programa e parabenizar o secretário Fábio Vilas Boas, parabenizar o governador Rui Costa é também uma atitude decente, uma atitude responsável, e a gente espera que esse programa...

Anunciar, aí, para a turma de Paulo Afonso que, a partir do dia 15, será Paulo Afonso, ouviu, gente? E esse negócio que estão dizendo que está cegando o povo é mentira, não é verdade, não tem ninguém cego...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ZÓ:- E outra coisa: vão fazer a cirurgia para vocês ficarem enxergando. E a partir do dia 24 será na região de Teixeira de Freitas. Então quem for deputado aqui divulgue, mande as pessoas fazer a cirurgia. Não acreditem nisso que a televisão está dizendo, não. A gente precisa é tratar do povo e o governador Rui Costa e o secretário Fábio Vilas Boas vêm tratando essa questão com muita responsabilidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por seis minutos o deputado Hérzem Gusmão e, por 5 minutos, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Hérzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, concursados da Polícia Civil, em relação a esse apelo da Polícia Civil pela nomeação dos concursados de 2013, ontem eu recebi um telefonema de Marcos Rocha do Conselho Penal e ele me falava exatamente da situação do nosso novo presídio que não avança. Tal e qual o caso das pessoas que fizeram esse concurso para a Polícia Civil. Há pouco tempo, foi exibida aqui uma faixa dos agentes penitenciários, 1.500 concursados que o governo não nomeia. Não entendemos por que o governo não o faz, porque a Bahia aparece como um dos Estados mais violentos da pátria. Das 50 cidades mais violentas do mundo, a Bahia contribui com três cidades: Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. E o Marcos Rocha me dizia ontem que o nosso atual presídio, o Milton Gonçalves, com capacidade para 188 presos à disposição da Justiça, está agora com 380, ou seja, 200 a mais. E o novo presídio teria capacidade para mais de 800 pessoas.

Quero enaltecer a posição do Líder Sandro Régis, da Bancada da Oposição, que firmou um compromisso com os concursados da polícia Civil, estaremos obstruindo votações até que os concursados sejam convocados.

Gostaria de registrar com alegria o sucesso da audiência pública hoje pela manhã, realizada na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, quando debatemos de maneira franca a possibilidade de implantação de cursos na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que seriam Odontologia em Vitória da Conquista e Medicina Veterinária em Itapetinga. Apresentamos documentos, pois é um pleito histórico da cidade, desde quando Gérson Gusmão Sales era prefeito, em 1960, de Vitória da Conquista, com uma população idêntica à de Poções na atualidade.

Exibimos um documento de um professor da universidade, Miguel Arcanjo, hoje professor de Odontologia em Jequié. Ele fez uma exposição mostrando a necessidade, e não dá para aceitar como justificativa a falta de orçamento, de recursos.

O governo nunca tem para a educação. A educação nunca é prioridade, nunca é priorizada, na prática. As universidades sofrem e o governo não lhes tem dado a atenção que deveria.

É inaceitável observar que o governo alega falta de orçamento para a educação, falta de orçamento para convocar concursados, mas nesta Casa, no ano passado, os deputados do governo aprovaram um empréstimo de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, 400 milhões de dólares, sem questionamento. Sequer foi apresentado aqui como esses recursos serão aplicados.

Como se não bastasse, neste ano, de novo, o governo tomou mais 500 milhões de dólares e 150 milhões de euros. Quando nós estávamos aprovando aqui, o dólar

estava batendo, praticamente, em R\$ 4,00; e o euro, R\$ 4,28. O empréstimo foi da ordem de R\$ 2 bilhões e 500 milhões. E não sabemos como o governo vai aplicar os recursos, se na segurança, na educação. Foi muito superficial a explanação.

Como se não bastasse, recentemente, meu querido Hildécio Meireles, que conhece bem essa área, o governo promoveu uma campanha, o projeto Concilia Bahia. E ontem técnicos da Secretaria da Fazenda disseram a nós dois que, num primeiro levantamento, o governo chegou a arrecadar quase R\$ 1 bilhão. E o governo não revelou ainda para esta Casa, e nem os deputados do governo sabem, quanto foi arrecadado no Concilia Bahia, quanto investiram na segurança, na educação, na saúde e em outros setores.

Portanto, não entendemos a falta de prioridade do governo em determinados setores importantes da vida dos baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, visitantes, eu ouvi atentamente, meu caro deputado Adolfo Viana, quando V.Ex^a falou algo como: esta Casa trabalha de forma engessada diante da maneira desrespeitosa, vamos assim dizer, com que o Poder Executivo nos tem tratado. Esta é a pura verdade.

Com todo respeito que eu possa ter, e que tenho, às Câmaras de Vereadores das cidades pequenas, até porque eu sou originário de uma dessas cidades, nelas não se vê mais isso. Nas Câmaras de Vereadores de cidades pequenas os prefeitos não têm mais essa cultura de todos os projetos de lei serem remetidos para as Casas Legislativas sob o regime de urgência.

Dessa forma, como temos sido desrespeitados pelo Poder Executivo, muitas vezes têm projetos de lei que são votados aqui nesta Casa que a maioria dos deputados nem sabem o que estão votando. Foi assim com a lei que criou o Fundo de Manutenção das Áreas Industriais da Sudic, e autorizou o governo a cobrar taxas no valor de R\$ 0,50 por metro quadrado daquelas áreas utilizadas pelas indústrias, que fora no passado dada em comodato como forma de incentivo à atividade industrial na Bahia. E isso tem acarretado mais problemas para a nossa atividade produtiva que diz respeito à indústria. Várias frentes de empregos têm sido mandadas embora, vários empregos têm sido perdidos, milhares de pessoas, na Bahia, têm perdido os seus empregos.

E eu vou dar aqui só um exemplo, meu caro deputado Herzem Gusmão, a Ford,

em Camaçari, terá que pagar cerca de R\$2 milhões por mês, de aluguel de uma área que no passado fora dada na forma de incentivo. Uma outra empresa no distrito industrial de Barreiras, uma empresa de médio porte, pagará R\$50 mil por mês. Quer dizer, é mais um ônus para a atividade produtiva, é mais uma maneira de tirar o incentivo dessa atividade, de ser criar dificuldade exatamente num momento de crise que o país está vivendo, de crise econômica, de crise de toda ordem. Portanto, é preciso que a gente tenha cuidado.

E agora chega mais um projeto de lei sob a forma de regime de urgência. Não é possível a gente trabalhar desta forma, não é possível. Será que com 1 ano e 03 meses que tenho aqui nesta Casa eu não vou ter o prazer, a satisfação e a honra de analisar projetos de lei nas comissões pertinentes? Não é possível que nós seremos sempre, meu caro deputado Bobô, tratados desta forma.

A propósito disso, eu quero aqui, agora, fazer um elogio à nossa Bancada, tendo à frente o nosso Líder, deputado Sandro Régis, que está acenando para agilizar até a votação da lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alocar na contabilidade de cada Poder, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público a conta de pessoal, para que dessa forma o governo do Estado, o Poder Executivo, obtenha margem para não ter mais a desculpa de que não está nomeando pessoal concursado, porque o Poder Executivo já está atingindo, ou melhor, já atingiu o índice prudencial.

Portanto, nós retiraremos a pretensa emenda de parcelar essa nova forma de contabilidade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) para que agilize a contabilização desse ônus de pessoal, para criar margem para nomeação dos novos servidores.

Portanto, é mais uma fórmula, mais uma vez a Bancada de Oposição se coloca aqui de forma a contribuir com o Poder Executivo, de modo que se nomeei os concursados da Polícia Civil com o intuito de amenizar a falta de segurança pública na Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o projeto que o nobre deputado Pablo Barrozo pediu vistas e devolveu o projeto, devolveu a vista, e eu vou colocar em votação, certo deputado?

Vou colocar o parecer do nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em plenário, para encaminhar o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, estamos aqui anunciando desde as votações da questão dos empréstimos que esta Casa aprovou sem o consentimento da Oposição que a Bancada entraria em obstrução total para qualquer projeto que viesse do Executivo. Sentamos, conversamos e entendemos que a Oposição tem que dar em seu discurso a sua contribuição para que os assuntos graves do Estado sejam resolvidos. Entendemos que com esse projeto que desonera o limite prudencial do governo do Estado, o governo terá condições de chamar os concursados da Polícia Civil. O próprio governo tem dito que não os convoca porque o limite prudencial já está estourado. Agora haverá a desoneração e, assim, terá plenas condições de chamá-los para nomear.

Então, para a Oposição mostrar ao governo que tudo o que se pode fazer para ajudar a Bahia e a sociedade, com essa violência que toma conta do Estado, ronda a todos nós, independentemente de classe social e de onde moramos, estamos reféns da criminalidade, a Oposição votará sim, não irá obstruir nem pedir verificação de quórum. Porque entendemos que esse gesto servirá para ajudar o Estado. Mas também quero dizer que se o governo não atender aos concursados, a obstrução da Oposição será dura ao quadrado. É o que tenho a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 21.753/2016, que altera o dispositivo da Lei 13.369 de 14 de junho de 2015.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero aqui justificar que o deputado Pablo Barrozo que pediu vista ao projeto, atendeu ao pedido da Bancada para que retirasse o voto dele, com base em todos os argumentos que pronunciamos há pouco. Por isso ele retirou o voto dele em separado para que possamos votar o projeto. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Ex^a.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.753/2016, de procedência do Poder Executivo, que altera o dispositivo da Lei nº 13.369, de 14 de julho de 2015. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.753/2016

Altera dispositivo da Lei nº 13.369, de 14 de julho de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do art. 76 da Lei nº 13.369, de 14 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 76** -
.....

§ 2º - O cômputo em separado das despesas de que trata o § 1º deste artigo será considerado nos relatórios de gestão fiscal do exercício de 2016.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto segue para a sanção de S.Exª o governador Rui Costa.

Em votação o Requerimento do deputado Zé Neto que requer nos termos do Art. 74, Inciso II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei nº 21.820/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, gostaria que V.Exª fizesse uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Exª fizesse um chamamento para todos os deputados que estão fora deste recinto, para que se fizessem presentes, porque é um quórum de 32 Srs. Deputados. É importante que este projeto seja votado. Na realidade não é o projeto ainda, mas o requerimento de urgência, em função de que isso regulamenta esse fundo de fundamental importância para a mobilidade aqui em nosso Estado.

Por isso queria que V.Exª marcasse o tempo regimental, já que é um regime de votação do requerimento para que pudéssemos imediatamente proceder aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª também será atendido.

Zerem o painel, marquem 25 minutos.

Senhores Deputados que queiram votar o requerimento de urgência do nobre Líder do governo deputado Zé Neto, marquem as presenças.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a tocasse as campainhas e chamasse nominalmente os deputados para que possamos rapidamente atingir o quórum de 32 Srs. Deputados e votarmos esse requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, vou aproveitar e convocar as Sr^{as} e os Srs. Deputados que se encontram na Casa para que possam adentrar ao nosso Plenário. Faltam três deputados para completar o quórum e esperamos alcançá-lo o mais rápido possível.

Mas quero aqui reafirmar, Sr. Presidente, o nosso comprometimento em fazer todos os esforços possíveis para alcançarmos o resultado técnico que possibilite a convocação dos concursados da Polícia Civil.

Quero afirmar, como Líder do Governo, que o propósito do governo e da nossa bancada será de trabalhar no intuito de fazer com que esses que foram concursados, que fizeram o curso, tenham de nossa parte toda a atenção no sentido de podermos convocar o mais rápido possível esses que legitimamente reclamam a convocação.

Quero refirmar isso para que não fique nenhuma dúvida de que nesta Casa há algum deputado que não esteja a favor de buscar uma solução para uma situação tão importante, porque o nosso próprio governador, ao convocar todos os concursados para fazerem o curso, demonstrou desde aquele instante, interesse em fazer com que fossem contratados de forma definitiva. Tanto em relação à Polícia Civil, como também em relação aos agentes penitenciários que, hoje, estiveram conosco. Reafirmamos o nosso comprometimento, a nossa janela estará sempre aberta para o diálogo com essas categorias que reclamam, legitimamente, a situação e convocação definitiva.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, minha questão de ordem vem no sentido de buscar o desagravo das ofensas que foram feitas a minha pessoa nesta Casa pelo deputado Bira Corôa e pela deputada Luiza Maia, deputados por quem tenho

respeito e admiração. Inclusive, respeito os seus mandatos. Todavia, cada qual defende o que lhe é grato, o que lhe é justo.

No documento que dei entrada, digo que (Lê): “Os supracitados subtópicos passam a vigorar com a redação:

2.1) formalizar procedimentos orientados para que o ensino fundamental seja espaço de ressignificação e recriação da cultura herdada (salvaguardando temas oriundos sobre sexualidade natural, constituição de família, ideologia de gênero e correlatos. Afinal, a premissa dos mesmos é do pátrio poder), privilegiando trocas, acolhimento e senso de pertencimento, para assegurar o bem-estar das crianças e adolescentes, a plena consciência da presença divina na criação do homem e da mulher.

2.16) estimular que a diversidade cultural, religiosa, e etnia sejam objeto de tratamento didático-pedagógico e integrem o currículo das escolas e da formação de professores desta etapa da Educação Básica.” Fiz questão de ler isso para que a deputada não continue tentando passar uma imagem errada deste pai de sete filhos que respeita todo mundo, inclusive ela. Quero que saiba que moro no meio de 1.192 pessoas, são 142 mulheres que moram dentro da minha casa, que saíram das drogas, e no meio dessas mulheres tenho 13 jovens que são lésbicas, e as respeito. No meio de 916 homens, temos lá 23 homens, também, que adotam a prática homossexual. E moram comigo, dentro da minha casa, com meus filhos, com a minha esposa. E não prego violência de espécie nenhuma, tenho dito aqui e o Brasil todo me conhece. Eu fui vítima de tortura em 2001, pelos governos carlistas, quando me jogaram dentro de uma escadaria com produto químico e jamais pregaria violência contra ninguém. Apenas cumpro o meu dever religioso instado pelas pessoas do catolicismo, padres e freiras do catolicismo, espíritas, de cumprir o meu dever de garantir a natureza de Deus, homem mais mulher igual filho, e respeitar as demais pessoas.

Então, ninguém pode chegar ali e pregar como se eu fosse violento, porque sou contra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A deputada está pedindo uma questão de ordem, vou pedir vênias, mas, por favor, só gostaria que fosse breve, porque já há quorum.

A Sr^a Luiza Maia:- Serei breve, presidente. Apesar de já ter quorum, só quero dizer ao deputado Isidório que ninguém aqui o agrediu. Estamos discutindo ideias, e a ideia que ele tem de impedir o debate da sexualidade, da questão de gêneros nas escolas, é um atraso. Esse é um tema moderno e precisamos educar as nossas crianças para tratar esse assunto com normalidade. Não pode ser visto da forma preconceituosa, machista, sexista como ele quer fazer.

Por isso, discordo da emenda dele e precisamos rebater os horrores que ele falou dessa tribuna. Nada pessoal, pelo contrário, tenho o maior respeito inclusive pelo trabalho que V.Ex^a faz na Fundação Dr. Jesus, já estive lá, mas as ideias que V.Ex^a está defendendo aqui não podemos aceitar. As pessoas defendem o Estado laico, a pluralidade de ideias, de opiniões, de decisões. Defendemos o respeito à nossa Constituição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento do deputado Zé Neto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

Não há mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.